

EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário disponibiliza o periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, relativo a agosto de 2016, com quatro artigos, levantando o debate de temas acerca da economia brasileira e regional, além das partes fixas do Panorama Econômico e dos Indicadores.

Na primeira incursão, os estudantes de Economia da FAE, *Camila da Rocha Kaizer, Diego da Silva Pelegrino e Maria Augusta Dias Peixoto*, descrevem, em uma abordagem histórica, o significado e a importância do cooperativismo para a economia do Paraná.

O segundo texto procura estabelecer nexos entre a fraqueza da recuperação da confiança dos agentes econômicos e do próprio governo. A terceira reflexão destaca os principais empecilhos à retomada do crescimento econômico brasileiro. E, por fim, o quarto artigo encaminha uma radiografia da crise que assola o País à luz dos indicadores estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ótima leitura.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.

Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da FAE, eleito “O Economista Paranaense Acadêmico do Ano de 2011”, pelo Corecon/PR, e vencedor do Prêmio “Imprensa”, em 2011, 2012, 2013 e 2014, na categoria gestor de empresa pública, oferecidos pelo grupo Quality TV & Jornais.



Gustavo Nunes Mourão

Economista, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá e professor da FAE.

Participações especiais



Camila da Rocha Kaizer

Acadêmica de Ciências Econômicas da FAE



Diego da Silva Pelegrino

Acadêmico de Ciências Econômicas da FAE



Maria Augusta Dias Peixoto

Acadêmica de Ciências Econômicas da FAE

COOPERATIVAS DO PARANÁ: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Camila da Rocha Kaizer

Diego da Silva Pelegrino

Maria Augusta Dias Peixoto

INTRODUÇÃO

O sistema cooperativo cumpre papel fundamental no desenvolvimento do Estado do Paraná. Acionando diretamente a geração de empregos, produção e renda, o cooperativismo paranaense se coloca como um modelo a ser seguido na estruturação, organização e execução do trabalho cooperado.

Define-se por sociedade cooperativa a associação de pessoas com interesses comuns, organizada de forma democrática, sem finalidade lucrativa. Constituídas sobre os princípios da igualdade, democracia, autonomia e intercooperação, e integradas ao contexto global, as cooperativas representam um fator primordial para o entendimento do desenvolvimento econômico do Paraná, ao longo de sua história.

Assim sendo, o presente artigo tem como escopo apresentar noções gerais sobre o cooperativismo, demonstrando sua importância nos avanços econômicos conquistados pelo Estado do Paraná. Para tanto, o estudo será estruturado em três seções.

A primeira retrata a origem dos ideais cooperativistas, através da construção dos conceitos referentes ao sistema organizacional aplicado, tendo em vista as transformações sociais e econômicas observadas no decorrer dos anos.

A segunda parte abarca a evolução histórica do cooperativismo, desde os primórdios de sua formação ao redor do mundo, até seus primeiros passos no Paraná.

A terceira busca contextualizar o cooperativismo no século XXI, evidenciando sua contribuição e participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná, bem como outros destaques pertinentes.

Ao final, apresentam-se as conclusões oportunizadas pela realização do trabalho.

1 ORIGEM E CONCEITO: COOPERATIVISMO

Para melhor conduzir o artigo, inicialmente serão apresentados breves apontamentos em relação à origem e ao conceito de cooperativismo.

Associações entre seres humanos podem ser identificadas desde os primórdios do tempo. Estudos referentes ao início da civilização, por exemplo, demonstram que o convívio em comunidade no período pré-histórico determinava a sobrevivência de cada um dos indivíduos. Sobre este contexto, junto do progresso e da evolução da sociedade, percebeu-se que a reunião em grupos, segundo valores e crenças,

era uma tendência crescente e que estes aglomerados, gradativamente, desfrutavam de benefícios e de superioridade:

O cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua. (SALES, 2010, p. 24).

A Revolução Industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX definiu o assentamento do capitalismo como modo de produção predominante. Os consequentes movimentos atrelados ao êxodo rural e à urbanização sinalizaram o início de uma nova época, a qual possuiria própria configuração social. Com a sociedade segmentada em duas classes, burguesia e trabalhadores, a grande maioria das pessoas tinha sua sobrevivência restrita à sua força de trabalho. Foi a partir deste momento, devido, majoritariamente, as condições adversas da mão de obra proletariada, que surgem os primeiros indícios do cooperativismo.

A indignação com a concentração de renda e a desigualdade social, resultantes da produção capitalista, incentivava estudiosos à construção de um movimento alternativo, que aspirasse o bem-estar coletivo, ao invés da exploração da classe trabalhadora. Estas concepções idealizadoras ocasionam a aparição dos primeiros pensadores, hoje intitulados de cooperativistas: Robert Owen (1772 – 1858), Charles Fourier (1772 – 1837), Philippe Joseph Benjamins Buchez (1796 – 1865) e Louis Blanc (1812 – 1882).

Em Manchester, a manifestação deste pensamento é revelada. O descontentamento sobre a miséria e o desemprego gera a revolta de 28 tecelões, que sobre a influência de alguns destes pensadores, criam a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Rochdale Society of Equitable Pioneers) (REIS JÚNIOR, 2006). A fundação tinha como intuito principal a melhoria das condições sociais e econômicas dos seus filiados. Sobre a realidade de então, este acontecimento tinha caráter eminentemente precursor, sendo hoje reconhecido por historiadores como marco inicial do cooperativismo (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

É incontestável que a natureza do cooperativismo denota a ideia de revolução e de luta, especialmente, “como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais” (SALES, 2010, p. 29) das transformações advindas do capitalismo. Porém, no decorrer do tempo, com a evolução da realidade empresarial e da ordem social, o termo tem esta conotação minimizada. “É necessário pontuar que a anatomia cooperativista foi se reconfigurando ao longo dos anos, sendo este um processo estritamente ligado à territorialidade do capitalismo.” (CASAGRANDE, 2014, p. 3). Nesse sentido, sobre o ambiente de globalização, os ideais cooperativistas contemporâneos denotam inspiração estratégica e organizacional na construção de alternativas viáveis. Ao invés de remeterem oposição ao capitalismo, passaram a representar vantagem competitiva a este modo de produção.

Nesta perspectiva de “reconfiguração”, são visíveis as complicações na conceituação do termo em questão. O Congresso de Praga, em 1948, apontou que “será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus

membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os princípios de Rochdale.” (POLONIO, 2004, p. 20).

Porém, esta definição atualmente é restrita a legislação de cada país. Segundo a Política Nacional de Cooperativismo¹, “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados (...)”. Ainda sobre a Lei nº 5.764, é especialmente importante sublinhar que é “excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos” (POLONIO, 2004, p. 68)

A partir destes conceitos jurídicos, POLONIO (2004) afirma que, apesar das dificuldades de conceituação, é visível que o objetivo das cooperativas, em última instância, é proporcionar vantagens econômicas a seus membros, no sentido de facilitar as atividades dos cooperados. Isto à medida que uma cooperativa racionaliza gastos comuns, reforça o poder de barganha no mercado, elimina intermediários, possibilita preços mais competitivos e permite controle de qualidade mais eficiente. Em outras palavras, viabiliza eficientes economias de escala. Mediante as circunstâncias concorrenciais vigentes é visível a utilidade de cooperativas no mercado global.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA: COOPERATIVISMO NO PARANÁ

Assim como no restante do Brasil, a iniciação do cooperativismo no Paraná foi originária da presença dos imigrantes europeus e asiáticos. As primeiras experiências desenvolvidas aqui eram reaplicações dos moldes rochdaleanos sobre o contexto rural brasileiro de então. Desta forma, as sociedades tinham como finalidade organizar “estruturas de compra e venda em comum, além de suprir necessidades de consumo, eletrificação rural e crédito”.²

Neste momento, as regiões Sul e Sudeste desfrutaram de maior intensidade na atuação cooperativista rural e imigrante, configurando o local de ascensão e extensão de sociedades hoje reconhecidas como grandes empresas industriais e comerciais. É o caso, por exemplo, da Castrolanda, da Agrária, da Svitlo e da Batavo (TAB. 1).

¹ BRASIL, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>

² Disponível em: <<http://www.primato.com.br/site/cooperativismo/8.primato>> Acesso em: 02 jun, 2016.

TABELA 1 - Paraná – Cooperativas Agropecuárias de Antigas Colônias

Cooperativa	Fundação	Município	Colônia	Instalação	Origem
Coop. Mista Agropec. S. José Ltda	...	S.J. dos Pinhais	Murici	1878	Polônia/Itália
Coop. Afonso Pena Ltda	...	Curitiba	Afonso Pena	1908	Alemanha/Polônia
Coop. Mista Iguassu Ltda	...	Curitiba	Afonso Pena	1908	Alemanha/Polônia
Coop. Garcês Ltda	...	Curitiba	Garcês	1935	Alemanha/Polônia
Coop. Maracanã	...	Curitiba	Maracanã	1935	Alemanha
Coop. Mista Cipó Ltda	...	Curitiba	-	1935	Alemanha
Coop. Agropec. Batavo Ltda	1935	Curitiba	Carambeí	1911	Holanda
Coop. Castrolanda Ltda	1951	Curitiba	-	...	Holanda
Coop. Central Agrária Ltda	1951	Guarapuava	-	...	Alemanha
Coop. Mista Agropec. Witmarsun Ltda	1952	Palmeira	Witmarsun	1951	Holanda
Coop. Central de Laticínios do Paraná	1954	Castro	Carambeí	1911	Holanda
Coop. Agropec. de Arapoti Ltda	1960	Arapoti	Arapoti	1960	Holanda

FONTE: LIMA, Luiz Mendes. Histórico do Cooperativismo no Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, BADEP, (43): 39-66, jul./ago., 1974

A instalação de cooperativas era utilizada pelos imigrantes para estabelecimento de seu desenvolvimento econômico e social. Segundo Serra (1995), no início, as sociedades tinham como intuito a viabilidade da autossuficiência da colônia. Eventualmente, com a comercialização de excedentes agrícolas, passaram a servir como garantia de prosperidade aos seus integrantes.

Na esteira do século XX, período em que se verifica o processo de colonização, o Paraná carecia de articulação interna e externa. Tal fato era confirmado pela existência simultânea de três Paranás. Conforme assevera Lourenço:

“Nitidamente, percebia-se a existência de três Paranás, com ligações econômicas extremamente frágeis, dada a precariedade da infraestrutura de transportes. O primeiro deles englobava as regiões tradicionais, polarizadas pelo eixo Curitiba-Paranaguá, dedicadas ao extrativismo e à pecuária extensiva. O segundo extrato abarcava o Sudoeste, especializado em uma incipiente agricultura de subsistência, desenvolvida por produtores gaúchos e catarinenses, com diminuto grau de articulação comercial, por se depararem com as barreiras para escoamento das safras. O terceiro pedaço era constituído pelo norte cafeeiro, ligado à economia paulista e prejudicado pela deterioração dos preços externos dos produtos primários.” (LOURENÇO, 2011, p.3.).

À medida que estas três regiões se desenvolviam ocorria a expansão geográfica das cooperativas.

A grosso modo, cada uma das três regiões foi moldando-se de acordo com o contingente habitacional que passou a lhe ocupar. No Norte, a influência foi do café paulista, no Sudoeste e Oeste do estado, dos cereais e suínos gaúchos e catarinenses. Gado, mate e madeira, compunham a produção da frente tradicional. (CASAGRANDE, 2014, p. 8)

Portanto, foi no decorrer do avanço de seus ciclos econômicos que o Paraná implantou sistemas cooperativistas. A extração da erva-mate, que havia sido o setor mais rentável da economia paranaense em meados do século XIX, utilizou-se de cooperativas para evitar o colapso geral do setor. Com a instituição governamental da Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores de Mate (COCPM), em 1943, a atuação das sociedades foi responsável por amenizar e postergar os efeitos da retração do mercado externo, em especial do argentino, que assolava a economia paranaense de então.

“O efeito prático da política adotada pode ser extraído da reação dos preços de mercado: uma arroba de mate teve alta de mais de 300 por cento entre 1942 (antes das cooperativas) e 1948 (depois das cooperativas), numa época em que a inflação era quase que inexistente no País. Além disso, por força e pressão de entidades, o Governo foi levado a definir uma política de preços mínimos para o produto e ainda passou a financiar a produção à base de 90% do preço mínimo.” (SERRA, 1995, p. 58).

O desenvolvimento da produção cafeeira acarretou novo ciclo econômico. De acordo com Serra (1995), a exemplo das cooperativas de mateiros, as cooperativas de cafeicultores também surgiram em momentos de crise nas lavouras e como instrumento de defesa dos produtores. Em 1964, o Estado do Paraná já detinha 33 cooperativas de café³, sendo a maioria criadas durante o período crítico da economia cafeeira paranaense (SERRA, 1995).

Após o declínio do ciclo econômico cafeeiro brasileiro, é instaurado o regime militar. Neste momento, o país sofre profundas alterações econômicas, as quais priorizaram a diversificação industrial e a modernização agrícola e agroindustrial. Particularmente no Estado do Paraná, que tem o agronegócio como setor fundamental, houve a substituição das lavouras de café pelas lavouras mecanizadas de soja e trigo. Na tentativa de transferir forças políticas para dentro do sistema produtivo moderno e de estabelecer o novo modelo agrícola, o Governo Federal fortalecia as cooperativas por meio da distribuição de financiamentos a juros altamente subsidiados (SERRA, 1995).

Com apoio de outras instituições, tal como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), formou-se um movimento de integração entre as cooperativas paranaenses. Chamados de Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo (SETTI, 2011), os planos segmentavam o Paraná sobre as três regiões já definidas no século XIX, de forma a proporcionarem fortalecimento e diálogo entre as cooperativas, despertando “o cooperativismo para o espírito empresarial.”⁴ Segundo a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná), fundação de viabilização do projeto. Estes planos resultaram em participação mais significativa das cooperativas na atividade econômica.

³ Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> Acesso em: 02 jun,2016.

⁴ Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> Acesso em: 02 jun,2016.

Sobretudo, a atuação dos projetos de integração culminou num setor de destaque. Exacerbado pelos incentivos financeiros do governo federal, o ramo agropecuário tornou-se o mais forte do cooperativismo no estado do Paraná (CASAGRANDE, 2014). A expansão do setor com a participação cooperativista possibilitou a incorporação de variados elos de sua cadeia produtiva. “(...) As cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com as condições de meras repassadoras de matéria-prima às indústrias”.⁵ Deste modo, percebia-se que a agropecuária paranaense começava a dispor do necessário para efetivamente agregar valor ao seu processo produtivo.

Em vista destes fatos, é evidente a intensificação do cooperativismo no Estado entre as décadas de 1970 e 1980 (SILVA, 1995). Os dados podem observados na TAB. 2.

TABELA 2 - Paraná – Produtores Associados a Cooperativas

Região	% do total	
	1970	1980
Paraná Antigo	7,3	6,6
Campos de Ponta Grossa	7,6	14,3
Norte Pioneiro	3,7	18,1
Oeste/Sudoeste	3,6	28,5
Norte Novo	2,7	29,9
Noroeste	1,7	9,6

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1970 e 1980

3 COOPERATIVISMO: ATUAL CONJUNTURA PARANAENSE

Nas décadas de 1980 e 1990, o panorama cooperativista paranaense sofreu alterações expressivas. Devido à crise nacional econômica e política vigente, grande parte dos setores econômicos apresentava conjuntura recessiva. Houve reduções e, até mesmo, extinções de políticas voltadas à agropecuária. Considerando que o desenvolvimento deste importante setor havia sido fundamentado pela disponibilidade de crédito, sua diminuição significativa instaurou nítida crise nas cooperativas agropecuárias (MEDEIROS, PADILHA; 2014). As sucessivas complicações na obtenção de recursos exigiram das cooperativas a utilização de mecanismos e instituições alternativas. Sendo a agropecuária setor de extrema significância para a economia paranaense, a progressiva elevação de dívidas sobre a atividade clamava por medidas por parte da esfera pública. Isto posto, em 1998, foi criado o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP).

“O RECOOP foi instituído em 3 de setembro de 1998, através da Medida Provisória nº 1.715 (MP 1.715/98), tendo como objetivo “reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária, visando ao desenvolvimento sustentado, em condições de

⁵ Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: 02 jun,2016.

competitividade e efetividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e da renda” (BIANCO et. alli, p.789 apud ALVES, 2003, p. 43).

As operações do RECOOP foram financiadas pelo BRDE, o qual não apenas refinanciava dívidas antigas, como também alocava a maior parte de seus recursos no financiamento de novos investimentos (ALVES, 2003). Por melhorar a situação cadastral das cooperativas junto ao sistema financeiro nacional, o programa marcou o início de um novo quadro, favorável às cooperativas.

Neste contexto, o governo Lula (2003) prosseguiu os incentivos por meio do lançamento do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), que tinha como intuito fomentar a competitividade e a modernização das associações. Devido à renegociação da dívida intercorrida anteriormente pelo RECCOP foi viável a implantação de uma linha de crédito exclusiva as cooperativas agropecuárias, a qual ocorre, portanto, mediante PRODECOOP (ALVES, 2003).

A melhoria no panorama mundial nos anos 2000 modificou a conjuntura econômica nacional, propiciando, particularmente, novo avanço da agropecuária no Brasil e no Paraná. Ao lado desta guinada houve a evolução de outros programas e incentivos voltados ao setor em questão, dando origem à uma “nova fase do cooperativismo pós-2000” (MEDEIROS, PADILHA; 2014).

De acordo com Boesche e Mafioletti (BOESCHE, MAFIOLETTI; 2006), a ascensão apresentada entre 2000 e 2004 foi formidável, conforme verificado na tabela 3, expressando indicadores de faturamento, geração de empregos e exportações superiores aos alcançados em cooperativas de outros Estados Brasileiros. A expansão do crédito rural, de políticas específicas e de incentivos fiscais deu origem às circunstâncias estaduais que, provavelmente, atribuíram, a este período, vultosa expansão abrindo espaço para pequenas e médias empresas cooperativistas.

TABELA 3 - Paraná - Evolução dos Principais Indicadores do Cooperativismo – 2000 – 2004

Cooperativismo Paranaense	2000	2001	2002	2003	2004
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,5	18,00
Nº de Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	209
Nº de Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.309
Nº de funcionários (unidades)	28.406	30.421	32.693	39.059	45.030
Receitas com exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	992,00
Investimento realizados (milhões R\$)	-	300	350	450	780
Participação das cooperativas no PIB/PR - %	9,70	10,30	13,50	16,50	18,20
Participação das Coop. PIB Agropecuário do PR - %	47,00	55,00	52,00	53,00	55,00
Sobras distribuídas pelas cooperativas (milhões R\$)	16,79	232,46	384,54	557,00	600,00

FONTE: OCEPAR

Entre os anos de 2005 a 2015, o Paraná e suas cooperativas continuaram a manifestar progresso (tabela 4). Segundo quadro divulgado pelo Sistema Ocepar, apesar da não alteração de alguns dos Indicadores Sociais

e Econômicos do Cooperativismo Paranaense⁶, grande parte deles demonstrou desempenho positivo, ou, até mesmo, extremamente significativo. No caso do faturamento, por exemplo, verificou-se um aumento de 242% entre o período destacado (de R\$16,5 bilhões para R\$56,5 bilhões). Sobre as exportações, referentes às entidades cooperativistas, constatou-se incremento de 267% (US\$ 680 milhões para US\$2.500 milhões).

TABELA 4 - Paraná – Indicadores Sociais e Econômicos do Cooperativismo – 2005 - 2015

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Faturamento (bilhões R\$)	16,50	16,50	19,50	25,83	25,06	26,40	32,21	38,13	45,62	50,51	56,50
Cooperativas (unidades)	228	228	234	238	238	236	240	236	231	223	220
Cooperados (pessoas)	407.312	451.642	496.251	513.389	548.812	641.564	735.453	856.098	985.494	1.079.737	1.300.000
Colaboradores (pessoas)	48.061	50.190	51.621	51.838	55.774	59.350	62.389	66.755	72.449	79.241	82.000
Exportações (US\$ milhões)	680,00	852,90	1100,00	1.442	1.470	1.640	2.200	2.100	2.362	2.400	2.500
Impostos recolhidos (R\$ bilhões)	744,90	781,90	898,00	1.060	1.000	1.171	913	1.648	1.776	1.300	1.500
Investimentos (R\$ milhões)	680,00	794,00	1028,00	1.275	1.000	1.011	1.100	1.323	2.163	2.805	2.350
Eventos Realizados	1.583	2.368	2.926	2.946	3.340	4.273	4.344	4.999	5.479	5.333	6.800
Participações/treinandos	71.415	104.614	120.000	100.273	102.332	123.775	129.223	144.445	151.415	160.539	170.000
Postos de trabalho gerados	781.600	773.309	926.608	1,25 mi	1,3 mi	1,4 mi	1,5 mi	1,6 mi	1,7 mi	2,2 mi	2,6 mi
Participação no PIB Agropecuário do PR (%)	53	51	52	54	53	54	55	56	56	56	56

FONTE: SISTEMA OCEPAR/cooperativas pr – (*2015 estimativa) – Dados: novembro/2015

Ainda segundo Boesche e Mafioletti, sobre uma análise finalizada em 2004, “o cooperativismo paranaense se apresenta como o mais desenvolvido do Brasil”. De fato, a análise do desempenho de índices mais recentes, simboliza, efetivamente, a força deste setor. Dados publicados pelo Iparde⁷ também ratificam esta representatividade: 33% do PIB paranaense é composto pelo agronegócio; sendo que, desta fatia, 56% pode ser atribuído ao desempenho cooperativista.

Atualmente, o cooperativismo paranaense conta com 1.300.000 cooperados e compreende algumas das principais empresas do Estado. Tendo em conta os valores que fundamentam a performance cooperativista, é inegável que os excelentes resultados obtidos jamais seriam conquistados se cada um dos integrantes trabalhasse de forma individual.

⁶ Disponível em:

<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2015/noticias/12/03/encontro_estadual_l_clique_aqui/INDICADORES_COOPERATIVISMO_PARANAENSE_ATUALIZADO_DIA_02_12_2015.pdf>. Acesso em: 03 jun., 2016.

⁷ Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 03 jun., 2016.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como escopo retratar as raízes e a evolução das sociedades cooperativas até os dias atuais. Tomando por início as origens do cooperativismo, constatou-se que esta residiu na necessidade de uma forma de preservação da força econômica e de sobrevivência de indivíduos de um mesmo padrão e tipo. O primeiro registro de agrupamento data do final do século XVII, constituída em Manchester na Inglaterra, caracterizada como uma reação acerca das condições de miséria e desemprego que assolavam os tecelões.

No Paraná, o sistema cooperativo estabeleceu-se com a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos (século XIX), cujas experiências reproduziam os moldes estrangeiros no contexto rural brasileiro, tendo como finalidade a organização de estruturas de mercado comum e suprimento das necessidades de consumo, crédito e eletrificação rural. A intensidade dessas aglomerações nas regiões Sul e Sudeste despontou acentuada atuação cooperativista e configurou o local de ascensão de grupos atualmente reconhecidos como grandes empresas industriais e comerciais.

Com a passagem para o ciclo econômico do café, novas cooperativas firmam suas bases em solo paranaense. Em 1964, o Paraná detinha cerca de 33 cooperativas produtoras de café, que subsistiram e triunfaram mesmo durante o nevrálgico período de crise cafeeira.

Após a instauração do regime militar no Brasil, o país passou a experimentar a ocorrência de profundas alterações na dinâmica econômica, fundamentadas na diversificação industrial e modernização agrícola e agroindustrial. Neste momento, notam-se movimentos de integração das forças cooperativas paranaenses e o despertar do cooperativismo para o espírito empresarial.

A atuação dos projetos de integração resultou na consolidação do setor que, impulsionado por incentivos financeiros do governo federal, conduziu o agronegócio à liderança na frente cooperativista. Este episódio possibilitou a incorporação de elos na cadeia produtiva do agronegócio e marcou o início da agregação de valor ao processo produtivo cooperativo, que se estendeu no decurso das décadas de 1970 e 1980.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o panorama cooperativista do Paraná sofreu alterações expressivas, em virtude da conjuntura recessiva atravessada pelo país. Em resposta ao ambiente desfavorável, o governo federal criou, em 1998, o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), visando o desenvolvimento sustentado em condições de competitividade e efetividade.

No alvorecer do governo Lula, em 2003, prosseguiram-se os incentivos ao sistema cooperativo, através do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), voltado a modernização das sociedades cooperativas.

A melhoria no panorama mundial na primeira década dos anos 2000 alterou a conjuntura econômica nacional, oportunizando novos horizontes ao desenvolvimento da agropecuária no Brasil e no Paraná. Entre os anos 2005 e 2015, os indicadores de desempenho do setor cooperativo do Paraná registraram performance altamente positiva, posicionando-se como a base cooperativa mais dinâmica e desenvolvida do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 20 maio, 2016.
- BRASIL, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de dezembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 02 jun., 2016.
- CASAGRANDE, Letícia Risso. **Cooperativismo: um olhar sobre as origens e a evolução em diversas escalas (Mundo, Brasil, Paraná e Sudoeste do Paraná)**. 2014. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404139859_ARQUIVO_artigoCBG.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2016.
- FUNDAÇÃO IBGE - Censo Agropecuário Paraná 1970. Rio de Janeiro, 1975.
- IPARDES. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1. Acesso em: 03 jun., 2016.
- LIMA, Luiz Mendes. Histórico do Cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, BADEP, (43): 39-66, jul./ago., 1974.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. Cenários de recomposição do peso econômico do Paraná no Brasil. **Comunicado para o planejamento**, Curitiba: IPARDES, nº 9, p. 3, 2011.
- PARANÁ COOPERATIVO. **Indicadores do Cooperativismo Paranaense**. Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2015/noticias/12/03/encontro_estadual_I_clique_aqui/INDICADORES_COOPERATIVISMO_PARANAENSE_ATUALIZADO_DIA_02_12_2015.pdf. Acesso em: 03 jun., 2016.
- PARANÁ COOPERATIVO. **Sistema Ocepar**. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54> Acesso em: 02 jun, 2016.
- POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas. 4ª edição**. Atlas, 2004. VitalSource Bookshelf Online.
- PRIMATO. **Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.primato.com.br/site/cooperativismo/8.primato> Acesso em: 02 jun, 2016.
- REIS, Nilson Júnior. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- SALES, João Eder. **Cooperativismo: Origens e Evolução**. Numero I, Jan – jun. 2010. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia.
- SERRA, Elpídio. **Um Pouco da História do Cooperativismo Agrícola no Paraná**. 1995. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12887>. Acesso em: 20 de maio de 2016.
- SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo paranaense: Ocepar 40 anos construindo o futuro**. Curitiba: Ocepar, 2011.
- SILVA, Danilo Honório da. **Modernização Agrícola e Cooperativismo no Paraná nos Anos 70**. 1995. Monografia (Iniciação Científica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

FRAQUEZA DA RECUPERAÇÃO DA CONFIANÇA E DO GOVERNO

Gilmar Mendes Lourenço

As manifestações e sentimentos de integrantes de unidades empresariais e familiares, captadas por pesquisas recentes realizadas por entidades representativas das corporações industriais e comerciais, revelam sinais confusos e, por vezes, contraditórios, acerca do escape da economia brasileira do fundo do poço recessivo, no qual foi atirada desde o princípio de 2014, e da criação de condições objetivas ao desencadeamento de uma firme recuperação das atividades.

Do lado das firmas, identificam-se discretas indicações de reversão do pessimismo. De acordo com sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mesmo tendo subido pelo segundo mês seguido, e atingindo 45,7 pontos (em uma escala de zero a cem, representando confiança ao suplantar 50 pontos), em junho de 2016, contra 38,9 pontos, no mesmo mês de 2015, o índice de confiança do empresário industrial (ICEI) ainda não traduz, com precisão, o retorno do otimismo do segmento privado fabril, situando-se abaixo da média histórica de 54,3 pontos.

Na mesma linha, conforme levantamentos da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o índice de confiança do empresário do comércio (ICEC) chegou a 82,3 pontos em junho de 2016 (faixa de zero a 200), versus 79,2 pontos, em maio, e 87,8 pontos, em junho de 2015. Apesar de refletir o começo da construção do retorno de expectativas menos desfavoráveis, o indicador ainda está bastante distante do pico de 130,6 pontos, registrado em dezembro de 2011.

Pelo ângulo dos consumidores, o cenário prospectivo ainda é sombrio. Conforme inquérito da CNI, o índice nacional de expectativa do consumidor (INEC) declinou de 105,2 pontos (oscila entre zero e duzentos) para 101 pontos, entre maio e junho de 2016. Mesmo situando-se abaixo da média histórica (109,1 pontos), a graduação é bastante superior à constatada no mesmo mês de 2015 (96,2 pontos), quando já afluía a deterioração das condições de governabilidade do País e, por extensão, de funcionamento do aparelho de produção, distribuição e consumo.

Em paralelo, investigação da CNC apurou que a intenção de consumo das famílias (ICF) decresceu de 86,9 pontos (zero a 200), em julho de 2015, para 68,7 pontos, em julho de 2016, a mesma marca de junho do corrente ano, a pior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2010.

É fácil perceber a constituição de um ambiente menos denso, na comunidade empresarial, a partir do afastamento, por parte do Senado da República, em 12 de maio de 2016, da presidente Dilma Rousseff, para julgamento do procedimento de impeachment, em 180 dias, e a posse imediata, em caráter provisório, do vice, Michel Temer, acompanhada da montagem de nova equipe econômica e explicitação de diretrizes, bastante gerais, centradas em preocupações com o ajuste fiscal e as reformas estruturais, como requisitos básicos à melhoria do clima de negócios e à restauração das condições de expansão econômica duradoura, especialmente depois do julgamento, condenação e destituição da chefe de estado.

Tanto é assim que na empreitada de revisão das estimativas de expansão da economia mundial, realizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em julho de 2016, publicada no relatório “Perspectiva Econômica Global”, observou-se discreta melhora nas previsões preparadas para o Brasil em relação as que foram feitas em abril deste ano. As inferências da instituição mostram queda de -3,3% do PIB do País, em 2016, e incremento de 0,5%, em 2017, declínio -3,8% e variação de 0%, respectivamente, projetados em abril de 2016.

Contudo, embora contando com as forças aliadas exógenas, expressas em um panorama global menos inóspito aos mercados emergentes, especialmente com a subida das cotações das commodities e o adiamento da elevação dos juros nos Estados Unidos, o governo interino vem exprimindo fraquezas, contradições e acentuada suscetibilidade a movimentos corporativistas, sintetizadas em concessões a segmentos do funcionalismo público, avaliadas em quase R\$ 68,0 bilhões até 2018, que, por certo, devem atralhar a agenda de esforço fiscal e a contenção da marcha explosiva da dívida pública e atrasar a redução dos juros.

Ademais, a fixação das metas de déficit primário em R\$ 170,0 bilhões, em 2016, e R\$ 139,0 bilhões, para 2017, contando para este último com arrecadação extra de R\$ 55,4 bilhões, oriunda de privatizações, concessões e ampliação de receita derivada da reativação econômica, e a generosa renegociação dos passivos dos estados, podem enfeixar mensagens de frouxidão orçamentária, apesar da definição de não ocorrência de acréscimo real dos dispêndios, o que, não deve se confirmar em caso de recuo da inflação.

Afora o pontapé inicial da reforma da previdência, o executivo tem se comportado de maneira omissa na designação e encaminhamento das mudanças institucionais.

Não bastasse essa ducha de água fria, afora o pontapé inicial da reforma da previdência, evidenciado pela abertura das discussões e negociações com os atores interessados, e a conquista da aprovação da prorrogação das desvinculações das receitas da união (DRU), junto ao Congresso, o executivo tem se comportado de maneira omissa na designação e encaminhamento das mudanças institucionais requeridas para a contração do custo Brasil e a multiplicação da eficiência da microeconomia nacional.

No mundo real, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), uma espécie de prévia do produto interno bruto (PIB), recuou - 5,51% em doze meses encerrados em maio de 2016. Adicionalmente, verifica-se flagrante precarização do quadro financeiro das empresas, por conta da elevação dos custos financeiros e do encolhimento do consumo, associado à diminuição da massa salarial (impulsão da desocupação e decréscimo das remunerações médias reais).

A Serasa Experian contabilizou 869 solicitações de falência no País, no primeiro semestre de 2016, ou variação de 8,9% em relação ao mesmo intervalo de 2015. Houve também 923 pedidos de recuperação judicial, superando em 87,6% o volume de 2015, em semelhante período, configurando o maior nível desde 2006, quando passou a vigorar a nova Lei de Falências.

No terreno dos humores da demanda para consumo, restrições objetivas e latentes, como desemprego e endividamento, impedem incursões mais ousadas ou a aplicação de doses exageradas de ânimo. A taxa de desocupação chegou a 11,3% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre móvel abril-maio-junho de 2016, contra 8,3% da PEA, no mesmo período de 2015, equivalendo a 11,6 milhões de pessoas sem emprego a procura de trabalho, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já o rendimento médio real decresceu -4,2%, passando de R\$ 2.058,0 em abril-maio-junho de 2015, para R\$ 2.058,0, em igual trimestre de 2016.

A mesma CNC mostra, em outro trabalho, que, a despeito da diminuição do endividamento, de 62% do total das famílias, em junho de 2015, para 58,1%, em junho de 2016, houve elevação das contas de atraso, situação que atinge 23,5% dos consumidores, em junho de 2016, contra 21,3%, em idêntico mês de 2015, e, sobretudo da menção à completa incapacidade de pagamento, que subiu 7,9% para 9,1%, do total de consumidores, no intervalo em pauta.

Já a CNI denota que o índice de medo do desemprego acusou, em junho de 2016, 108,5 pontos (zero a duzentos), o maior nível da trajetória histórica, que começou em março de 1999 e cuja média é de 89 pontos. A par disso, o índice de satisfação com a vida chegou a 93,1 pontos, a segunda menor magnitude da série, atrás apenas de março de 2016 (92,4 pontos).

PEDRAS NO CAMINHO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Gilmar Mendes Lourenço

Inquestionavelmente, o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff representou o remédio adequado para o começo do tratamento dos males de desconfiança e insegurança, impregnados na esmagadora maioria da população brasileira, depois de anos de improvisação macroeconômica, marcada pelo abandono dos pilares da estabilização, construídos desde 1994, e a precipitação do aparelho de negócios do País na maior e mais prolongada recessão da história.

A perspectiva de transformação em perene da gestão provisória de Michel Temer e a explicitação de diretrizes ortodoxas de política econômica, a despeito do aparecimento de algumas incongruências sintetizadas na submissão a demandas corporativas, com pronunciada ressonância no Congresso Nacional, oportunizaram um princípio de alteração dos sentimentos e humores dos mercados, no sentido da proximidade do fundo do poço e subsequente delineamento de um processo de recuperação dos níveis de atividade.

Tanto é assim que o relatório trimestral preparado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – *Overview of the World Economic Outlook Projections*, divulgado em julho de 2016, melhorou as projeções de variação do produto interno bruto (PIB) brasileiro para o corrente ano e, principalmente, 2017, em relação às previsões efetuadas no mês de abril. Mais precisamente, aquela entidade multilateral reduziu a prospecção de queda de -3,8% para -3,3%, em 2016, e alterou o sinal de estagnação para acréscimo de 0,5%, em 2017. Adicionalmente, o prêmio de risco do País ficou abaixo de 3% pela primeira vez desde agosto de 2015, tendo atingido 5% em fevereiro de 2016.

Na mesma linha, a pesquisa Focus, realizada semanalmente pelo Banco Central (BC) do Brasil, junto a mais de cem instituições, entre bancos e consultorias, vem diminuindo as expectativas negativas para o PIB, em 2016, e apontando modestos acréscimos, a partir de 2017, além de contenção consistente da escalada inflacionária. Enquanto no início de abril deste ano, o BC trabalhava com recuo de -3,9% do PIB, em 2016, e aumento de apenas 0,3%, em 2017, no final de julho as apostas dão conta de queda de -3,2% e avanço de 1,2%, respectivamente. Para a inflação as extrapolações mantiveram-se em 7,3%, para 2016, mas regrediram de 6% para 5,3%, em 2017, grandemente influenciadas pelo quadro de exacerbação do desemprego e retração da demanda.

Essencialmente, o anúncio de compromissos inarredáveis com o resgate dos requisitos indispensáveis ao reequilíbrio das finanças públicas, à diminuição da proporção dívida governamental/PIB e à compressão permanente dos focos inflacionários contribuiu de modo relevante para a formação de um processo de modificação de postura dos agentes, por meio do abandono da passividade e do pessimismo e do surgimento da crença no retorno de um clima favorável à multiplicação de transações e geração de oportunidades.

Se, de um lado, proliferam certezas acerca da inevitabilidade de saída do pântano da crise, em médio prazo, de outro, predominam interpretações de morosa reativação dos patamares de atividade.

No entanto se, de um lado, proliferam certezas acerca da inevitabilidade de saída do pântano da crise, em médio prazo, de outro, predominam interpretações de morosa reativação dos patamares de atividade, amparada predominantemente no emprego da capacidade ociosa dos fatores de produção, acumulada durante o ciclo depressivo superior a dois anos.

Em outros termos, a provável obtenção de apreciáveis economias de escala, propiciadas pela utilização das margens de ociosidade não planejadas, favorece a inversão da rota cadente da produção, sem a necessidade de efetivação de novos investimentos e desprovida de pressões inflacionárias.

Contudo, tratar-se-á de um movimento conjuntural, explicado por fatores pontuais e transitórios que poderão

desaparecer caso não sejam reforçados pela implantação das âncoras ou reformas institucionais (tributária, fiscal, previdenciária, trabalhista, financeira, patrimonial e da burocracia), capazes de assegurar, de maneira contínua, a contração estrutural das despesas de operação e de financiamento e a impulsão dos ganhos de eficiência da matriz de produção de bens e de prestação de serviços da nação, aspectos bastante fragilizados nos tempos recentes, pela articulação perversa entre falência do Estado e insolvência das empresas.

Tal restrição pode ser evidenciada pela despencada na parcela de recursos destinada à formação bruta de capital fixo, reproduzida na taxa de investimento, principal indicador antecedente do potencial expansivo de um País, que encolheu de 20,7% do PIB, em 2011, para 16,9% do PIB, no primeiro trimestre de 2016, no Brasil.

Tal comportamento decorreu da conjugação entre intensificação da fragilidade fiscal e financeira do setor público, e a conseqüente perda de poder financeiro para a provisão de infraestrutura, desprezando a participação privada, e o engavetamento dos projetos de modernização e ampliação de plantas, capitaneados pela iniciativa privada, motivado pela rápida e crescente subida dos custos (encabeçados por tributos, juros, inflação e câmbio) e quebra de confiança na orientação econômica.

Só a título de exemplo, a dívida líquida do setor público brasileiro saltou de R\$ 1.505,5 trilhões, em dezembro de 2011, para R\$ 2.379,1 trilhões, em doze meses até maio de 2016, ou de 32,3% do PIB para 39,6% do PIB, naquele intervalo. Ademais, levantamento da Serasa Experian mostra que, em abril de 2016, 4,4 milhões de empresas no País (55% do total), encontrava-se com débitos em atraso superior a 90 dias, sendo 45,2% delas unidades varejistas de vestuário, eletrodomésticos e veículos, 45% estabelecimentos de serviços e 8,9% indústrias.

Por tudo isso, as inferências do BC delineiam um retrato de reerguimento moderado da operação do sistema econômico nos próximos anos, denotando ampliação média do PIB de 2,3% ao ano, entre 2018 e 2020, com inflação média de 4,6% a.a.

RADIOGRAFIA ESTRUTURAL DA CRISE BRASILEIRA

Gilmar Mendes Lourenço

A cesta de indicadores conjunturais, montada com apoio de investigações mensais, preparadas por organismos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Central (BC), entidades de classe, como as Confederações Nacionais da Indústria (CNI) e do Comércio (CNC), e outras organizações como Serasa Experian, Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), coadjuvadas pelo Fundo Monetário Internacional e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vêm evidenciando, de forma incontestável, a marcha recessiva desenhada pela economia brasileira, a partir do segundo trimestre de 2014.

De fato, o acompanhamento das estatísticas de produto interno bruto (PIB); nível de atividade; produção, emprego, utilização de capacidade e vendas industriais; volume de comercialização do varejo; faturamento dos serviços; mercado de trabalho; endividamento e inadimplência dos consumidores, volume de pedidos de liquidações extrajudiciais de empresas e produção e comercialização, por aquelas instituições, propicia registrar a maior e mais longa contração econômica da história do País.

Ainda assim, representantes do ex-governo Dilma Rousseff e algumas peças dos meios especializados tem, ferrenha e repetidamente, defendido a necessidade de cautela na interpretação dos resultados daquelas sondagens, essencialmente preliminares, por refletirem comportamentos, estratégias e táticas dos agentes em um horizonte temporal de curto prazo, não permitindo a observação de relevantes e profundas mudanças, que estariam acontecendo na matriz produtiva, capitaneadas pelas corporações atuantes no território nacional.

No entanto, em contraste com essa visão pouco aderente à realidade – cuja interpretação, nos tempos atuais, dispensaria o emprego de referências numéricas para a aferição da dimensão do panorama de pauperização -, as estatísticas estruturais do sistema de transações da nação, que começam a ser divulgadas, especialmente pelo IBGE, oportunizam a complementação do quebra cabeças da instabilidade brasileira.

Mais do que isso, as informações dos inquéritos anuais da entidade oficial de estatística do País permitem estabelecer contornos definitivos ao quadro descendente do ciclo de negócios, gestado ainda em 2014, que, na ocasião, foi rigorosamente ignorado e encoberto pelas autoridades do palácio do planalto, na perspectiva de obtenção de aprovação popular e conquista do segundo mandato pela então presidente, no pleito eleitoral.

Por esse exame, conforme a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), do IBGE, que apura estatísticas econômicas e financeiras do segmento de construção empresarial, englobando edifícios, infraestrutura e serviços especializados, o valor das incorporações, obras e serviços, a receita operacional líquida e o valor adicionado, deflacionados pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), do IBGE, acusaram decréscimo de -0,8%, -1,3% e -1,8%, respectivamente, em 2014, traduzindo a falência do setor público e a contração da confiança da iniciativa privada.

Em paralelo, a Pesquisa Industrial – Empresa, também aplicada pelo IBGE, revelou diminuição - depois de retirada a influência inflacionária, por intermédio do índice de preços ao produtor amplo (IPA), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) – do valor da transformação industrial (VTI), das receitas líquidas e dos investimentos do setor de -7,3%, -5,5% e -9,4%, respectivamente, no exercício de 2014, reproduzindo a constituição de um cenário depressivo no pedaço mais dinâmico do tecido econômico, em razão de seus impactos multiplicadores para frente e para trás.

Já, de acordo com o Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE, o número de empresas ativas no País declinou de 5.392.234, em 2013, para 5.103.357, em 2014, ou -5,4%, representando a primeira queda desde 2007, quando os levantamentos e acompanhamentos começaram a ser realizados. Em idêntica tendência, o número de sócios e proprietários de companhias recuou -3,9%, passando de 7.276.102, em 2013, para 6.992.281, em 2014.

Convém advertir que esses eventos estruturais desanimadores constituem apenas o primeiro episódio da série “a economia brasileira rumo ao fundo do poço”, lançada em fins de 2013. Como há fortes indícios de existência de cenas fortes, centradas em sofrimento e violência, nas produções referentes a 2015 e 2016, recomenda-se, como opção aos mais sensíveis e passivos, a película “a eterna crise internacional”.

*Os eventos estruturais
desanimadores constituem
apenas o primeiro episódio
da série “a economia
brasileira rumo ao fundo
do poço”, lançada em fins
de 2013.*

Tanto é assim que, segundo cálculos da OCDE, o Brasil deve experimentar o pior desempenho na geração de empregos, em 2016, no confronto com outras 43 nações pesquisadas. A queda líquida (contratações menos demissões) dever ser de -1,6% no País, enquanto a média da OCDE deve observar incremento de 1,5%, sendo que apenas quatro outros espaços contabilizarão saldos negativos entre -0,1%, como a Finlândia e -0,9%, Costa Rica.

A partir disso, a confiança do consumidor brasileiro declinou de 105,2 pontos para 101 pontos, entre maio e junho de 2016, de acordo com a CNI. Mesmo situando-se abaixo da média histórica (109,1 pontos), a graduação é bastante superior à constatada no mesmo mês de 2015 (96,2 pontos).

Na mesma linha, simulações da FGV revelam decréscimo próximo de 10% da renda per capita do brasileiro, entre 2014 e 2016, o segundo maior em 116 anos, superado apenas pelo declínio

de quase 12%, verificado entre 1981 e 1983, quando o País acusou forte contração na absorção doméstica em favor do esforço exportador para o pagamento dos encargos da dívida externa, acumulada com a captação dos petrodólares para a cobertura financeira dos projetos estruturantes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implantando pelo presidente Geisel, na segunda metade dos anos 1970.

INDICADORES

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2016-2020

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2016	-3,25	13,45	3,37	7,22
2017	1,12	11,04	3,53	5,29
2018	2,11	10,44	3,67	4,77
2019	2,29	10,04	3,74	4,61
2020	2,36	9,82	3,75	4,56

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 22/07/2016

NOTA: Meta para taxa de juros SELIC e taxa de câmbio para o final do ano.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS – MAIO 2006-2016

MAI/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2006	30,71	-0,29	15,56	1,11	47,09
2007	29,32	1,03	14,11	0,78	45,24
2008	28,71	0,18	13,38	0,76	43,03
2009	26,78	-0,68	12,72	0,83	39,65
2010	27,91	-1,25	11,66	0,66	38,98
2011	26,73	-1,20	11,14	0,61	37,28
2012	22,76	-1,10	10,56	0,56	32,78
2013	21,77	-1,29	10,50	0,60	31,58
2014	21,11	-1,04	10,67	0,59	31,33
2015	22,61	-2,14	11,71	0,75	32,93
2016	29,31	-2,83	12,25	0,92	39,65

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC

INDICADORES

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM CURITIBA – MAIO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	23.306	71,31	32.683	26,43	88.167	1,93	1.209.991
DESLIGAMENTOS	25.490	72,14	35.335	27,84	91.555	1,99	1.282.606
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	713.234	70,85	1.006.653	26,88	2.653.120	1,80	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	152.030	71,80	211.733	23,28	653.176	1,85	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-2.184	-	-2.652	-	-3.388	-	-72.615

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - MAIO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.346	7,18	32.683	2,66	88.167	0,19	1.209.991
DESLIGAMENTOS	2.682	7,59	35.335	2,93	91.555	0,21	1.282.606
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	87.252	8,67	1.006.653	3,29	2.653.120	0,22	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.206	6,71	211.733	2,17	653.176	0,17	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-336	-	-2.652	-	-3.388	-	-72.615

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM ARAUCÁRIA – MAIO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.121	3,43	32.683	1,27	88.167	0,09	1.209.991
DESLIGAMENTOS	1.183	3,35	35.335	1,29	91.555	0,09	1.282.606
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	38.214	3,80	1.006.653	1,44	2.653.120	0,10	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.767	2,72	211.733	0,88	653.176	0,07	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-62	-	-2.652	-	-3.388	-	-72.615

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

INDICADORES

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) –JUL/2015–JUN/2016

DIA	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15
1		40570,03	44121,79	50561,52		49.012,65	52.757,53		45.477,06	45.313,27		45076,45
2		38596,16	44893,48		53561,53	49.887,24	53.108,18		46.463,96	47.033,46		44914,06
3		39588,81	47193,39		52260,18	50619,49	52519,40	50138,04	47.365,87		48053,66	46393,26
4	42141,03	40821,73	49084,86	48779,98	52552,79			50058,48	46.497,72		47710,09	45360,75
5	42419,32	40592,09		49053,61	51671,04			50287,27	60.681,98	47.598,06	48046,75	
6	41773,14			48096,24	51717,82	50431,80	52149,37	50011,32		47.735,11	46918,51	
7	40694,72		49246,10	48513,10		50487,35	52343,71	48577,32		48.914,32		45222,69
8	40612,20		49102,13	50292,92		51629,29	51781,74		46.762,07	49.106,55		44443,25
9			48665,09		50990,06	51118,46			46.657,09	49.338,41	46194,92	46108,02
10		40376,58	49571,10		53070,90	49422,15	52590,72	49553,00	46.503,99		46206,56	45630,70
11	39950,49	39318,30	49638,67	50165,47	52764,46			49072,34	46.400,50		47065,01	45262,72
12	39513,32	39808,04		52001,86	53241,31			48388,04	56.927,81		46883,57	
13	38944,44			53149,84	51804,30	49660,79	53119,47	48009,56		47.362,63	46517,03	
14	39500,10		48867,33	52411,01		48648,29	53239,17	47508,40	47.281,01	46.710,43		44747,31
15	38569,12	40092,89	47130,02	53227,74		48914,74	52908,28		47.364,06	47.161,15		44872,06
16		40947,69	47763,43		51802,92	49411,61	53.069,75		48.553,09	47.236,10	46846,87	45015,84
17		41630,81	50913,78		50839,44	49533,84	52341,80	47217,42	48.551,07		47247,80	45261,47
18	37937,27	41477,63	50814,65	52894,07	50561,70			47450,58	47.264,08		47435,57	43910,59
19	38057,01	41543,40		53710,04	50132,53			46588,39		47.447,31	48138,88	
20	37645,47			53630,93	49722,74	50329,36	51600,07	46649,23		47.076,55		
21	37717,10		51171,54	52907,87		50837,80	51474,28	45719,64	46.590,19	47.025,86		43199,95
22	38031,22	43234,85	51010,19			50156,30	50915,78		46.264,60	47.772,14		43469,51
23		42520,94	49690,04		49330,42	51559,81	49806,62		45.340,11	47.596,58	48150,27	44014,93
24		42084,55	49657,39		49345,18	50105,26	49245,84	44336,47	45.291,96		48284,18	
25		41887,90		51861,71	49482,85			44544,85	44.831,46		46266,63	
26	37497,47	41593,07		53082,50				46038,07		47.209,32	47145,63	
27	38376,36			54477,78	49051,49	49245,53	48735,54	47715,27		47.042,94	45872,41	
28	38630,19		50838,22	54311,96		50006,56	49601,59	47153,86	43.956,92	46.740,84		43764,33
29	40405,99	42793,86	51154,99	53910,50		51001,90	50245,14		44.131,82	45.628,35		43653,96
30			51248,92		48964,34	51526,92	49897,40		45.059,84	45.868,81	45120,36	43349,96
31			50055,27		48471,70			50864,77				
MINIMO	37.497,47	38596,16	44121,79	48096,24	48471,70	48648,29	48735,54	44336,47	43.956,62	45.313,27	45120,36	43199,95
MÁXIMO	42.419,32	43234,85	51248,92	54477,78	53561,53	51629,29	53239,17	50287,27	48.553,09	49.338,41	48284,18	46393,26

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reinversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

INDICADORES

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
SELECIONADOS – DEZ/2000–JUN/2016

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 kg)	Feijão Preto (30 kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 kg)	Milho (60 kg)
Dez/2000	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/2001	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/2002	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/2003	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/2004	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/2005	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/2006	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/2007	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/2008	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/2009	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/2010	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/2011	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/2012	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/2013	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Jan/2014	60,36	89,62	1.230,87	45,64	23,50
Fev/2014	59,91	87,40	1.202,97	46,29	24,39
Mar/2014	54,80	94,41	1.209,69	46,76	27,02
Abr/2014	62,02	95,37	1.186,52	49,57	27,27
Mai/2014	61,07	88,74	1.165,31	49,94	25,85
Jun/2014	61,67	81,73	1.170,80	48,41	23,90
Jul/2014	61,78	80,26	1.062,62	44,43	22,20
Ago/2014	61,23	79,91	1.083,22	36,71	21,44
Set/2014	58,00	80,77	1.047,49	34,56	20,90
Out/2014	58,46	78,43	1.050,81	32,19	21,07
Nov/2014	60,00	77,84	1.164,19	33,54	23,99
Dez/2014	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Jan/2015	60,07	87,87	1.132,40	34,37	24,43
Fev/2015	60,10	89,11	1089,72	34,51	24,39
Mar/2015	60,35	84,95	1152,64	35,94	25,01
Abr/2015	62,05	80,90	1108,53	40,36	24,69
Mai/2015	67,60	77,91	1046,36	41,54	23,00
Jun/2015	74,88	73,80	1047,04	40,00	23,32
Jul/2015	74,70	74,08	1143,47	38,97	24,54
Ago/2015	74,05	75,75	1186,26	38,90	24,96
Set/2015	74,85	77,42	1.323,52	39,33	27,30
Out/2015	77,40	80,63	1.393,83	42,20	28,93
Nov/2015	58,98	81,41	1370,71	43,48	28,71
Dez/2015	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/2016	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/2016	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/2016	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/2016	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/2016	...	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/2016	72,86	131,01	...	53,74	49,13

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837 ⁽¹⁾	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848 ⁽³⁾	Índice Ibovespa fechamento mensal (pontos) 7845 ⁽²⁾	Emissão Primária de Debêntures 7841 (R\$ milhões)	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 ⁽³⁾	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 ⁽⁴⁾
2005 (DEZ)	653.714	841	33.455	41.538	10.718	2.205
2006 (DEZ)	794.875	1.181	44.473	69.463	12.463	2.415
2007 (DEZ)	912.869	1.765	63.886	46.535	13.265	2.652
2008 (DEZ)	917.297	1.088	37.550	37.458	8.776	1.577
2009 (DEZ)	1.086.267	1.740	68.588	2.720	10.428	2.269
2010 (DEZ)	1.286.654	2.071	69.304	2.025	11.578	2.653
2011 (DEZ)	1.501.728	1.834	56.754	220	12.218	2.605
2012 (DEZ)	1.786.186	1.962	60.952	850	13.104	3.020
Jan/2013	1.836.788	1.983	59.761	0	13.861	3.142
Fev/2013	1.852.863	1.918	57.424	2.141	14.054	3.160
Mar/2013	1.864.287	1.932	56.352	2.160	14.579	3.268
Abr/2013	1.877.294	1.925	55.910	2.551	14.804	3.329
Mai/2013	1.895.304	1.907	53.506	0	15.116	3.456
Jun/2013	1.880.342	1.740	47.457	0	14.910	3.403
Jul/2013	1.904.243	1.779	48.234	1.465	15.500	3.626
Ago/2013	1.914.304	1.792	50.011	0	14.810	3.590
Set/2013	1.919.844	1.898	52.338	0	15.130	3.771
Out/2013	1.923.553	1.995	54.256	2.328	15.546	3.920
Nov/2013	1.921.603	1.947	52.482	0	16.086	4.060
Dez/2013	1.939.384	1.890	51.507	300	16.577	4.177
Jan/2014	1.934.332	1.803	47.638	0	15.699	4.104
Fev/2014	1.952.954	1.789	47.094	1.000	16.322	4.308
Mar/2014	1.979.747	1.901	50.514	250	16.458	4.199
Abr/2014	1.983.269	1.940	51.626	1.098	16.581	4.115
Mai/2014	2.017.747	1.902	51.239	0	16.717	4.243
Jun/2014	2.045.954	1.961	53.168	0	16.827	4.408
Jul/2014	2.067.374	2.037	55.829	481	16.563	4.370
Ago/2014	2.107.037	2.224	61.288	0	17.098	4.580
Set/2014	2.130.781	1.979	54.115	0	17.043	4.493
Out/2014	2.149.367	1.980	54.628	845	17.391	4.631
Nov/2014	2.166.487	1.992	54.724	0	17.828	4.792
Dez/2014	2.156.887	1.824	50.007	0	17.823	4.736
Jan/2015	2.192.912	1.745	46.907	10.000	17.165	4.635
Fev/2015	2.226.999	1.897	51.583	551	18.133	4.964
Mar/2015	2.260.558	1.885	51.150	321	17.776	4.901
Abr/2015	2.282.144	2.066	56.229	4.600	17.841	4.941
Mai/2015	2.235.805	1.949	52.760	0	18.011	5.070
Jun/2015	2.355.165	1.973	53.080	0	17.620	4.987
Jul/2015	2.388.160	1.903	50.864	740	17.690	5.128
Ago/2015	2.425.397	1.754	46.625	0	16.528	4.777
Set/2015	2.343.942	1.700	45.059	1.350	16.285	4.620
Out/2015	2.448.624	1.679	45.868	1.892	17.664	5.054
Nov/2015	2.465.544	1.659	45.120	0	17.720	5.109
Dez/2015	2.472.963	1.591	43.349	1.185	17.425	5.007
Jan/2016	2.522.931	1.506	40.405	0	16.466	4.614
Fev/2016	2.553.705	1.561	42.793	0	16.517	4.558
Mar/2016	2.600.246	1.795	50.055	20.000	17.685	4.870
Abr/2016	2.635.683	1.918	53.910	0	17.831	4.775
Mai/2016	2.670.626	1.740	48.471	0	17.787	4.948
Jun/2016	2.690.456	1.821	51.526	0	17.930	4.843

FONTES: (1) Banco Central do Brasil, (2) Bovespa (Índice de Fechamento do último dia útil do mês), (3) Dow Jones, (4) Nasdaq

NOTA: Para os anos de 2005 a 2008, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M) VALOR
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
1996	4.245.905	47	2.434.733	2	1.811.172
1997	4.853.587	14	3.306.968	36	1.546.619
1998	4.227.995	(13)	4.057.589	23	170.406
1999	3.932.659	(7)	3.699.490	(9)	233.169
2000	4.394.162	12	4.686.229	27	-292.067
2001	5.320.211	21	4.928.952	5	391.259
2002	5.703.081	7	3.333.392	(32)	2.369.689
2003	7.157.853	26	3.486.051	5	3.671.802
2004	9.405.026	31	4.026.146	15	5.378.879
2005	10.033.533	7	4.527.237	12	5.506.296
2006	10.016.338	(0)	5.977.971	32	4.038.367
2007	12.352.857	23	9.017.988	51	3.334.870
2008	15.247.252	23	14.570.222	62	677.030
2009	11.222.827	(26)	9.620.837	(34)	1.601.990
2010	14.176.010	26	13.956.180	45	219.831
2011	17.394.228	22,70	18.766.895	34,46	-1.372.667
2012	17.709.585	1,81	19.387.410	3,30	-1.677.825
2013	18.239.202	2,99	19.343.839	-0,23	-1.104.637
2014	16.332.120	-10,46	17.293.735	-10,61	-961.614
2015	14.909.081	-8,71	12.448.504	-28,03	2.460.577
JAN-JUN /2016	7.867.823	7,13	5.088.103	-22,60	2.779.719

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1996	47.746.728	...	53.345.767	...	-5.599.039	...
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501	20,82
1998	51.139.862	(3,48)	57.763.476	(3,32)	-6.623.614	(2,08)
1999	48.012.790	(6,11)	49.301.558	(14,65)	-1.288.768	(80,54)
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743	(43,22)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	(0,45)	2.684.835	(466,91)
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	(15,03)	13.195.999	391,50
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	88,52
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	36,03
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809	32,76
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	3,40
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	(13,83)
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	(37,66)
2009	152.994.743	(22,71)	127.715.293	(26,17)	25.279.450	1,29
2010	201.915.285	31,98	181.722.623	42,28	20.192.662	(20,12)
2011	256.039.575	26,81	226.245.113	24,47	29.794.462	...
2012	242.579.776	-5,26	223.154.429	-1,37	19.425.346	...
2013	242.033.575	-0,22	239.631.216	7,37	2.402.358	...
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173	...
2015	191.134.325	-15,09	171.449.050	-25,18	19.685.274	...
JAN-JUN/2016	90.252.804	-4,32	66.600.784	-27,69	23.652.020	...

FONTE: MDIC/SECEX

Sinal convencional utilizado:

Dado não disponível.

INDICADORES

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (COMPLEXO SOJA E TRIGO) - SAFRAS 2009/2016 (Mil toneladas)

CULTURA	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em Pluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	850,0	748,6	472,0
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.389,0	20,0	1.758,1	720,0	740,0	298,1
Arroz em Casca	2009/10	2.531,5	11.660,9	1.044,8	15.237,2	12.152,5	627,4	2.457,3
	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	1.000,0	14.203,7	12.000,0	1.200,0	1.003,7
	2014/15	868,3	12.448,6	550,0	13.866,9	11.900,0	1.300,0	953,0
	2015/16	953,0	10.471,8	1.300,0	12.724,8	11.500,0	1.100,0	1.248,8
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.115,3	110,0	3.529,1	3.350,0	90,0	209,2
	2015/16	209,2	2.696,7	250,0	3.155,9	2.900,0	120,0	135,9
Milho	2009/10	7.112,8	56.018,1	391,9	63.522,8	46.967,6	10.966,1	5.589,1
	2010/11	5.589,1	57.406,9	764,4	63.760,4	48.485,5	9.311,9	5.963,0
	2011/12	5.963,0	72.979,5	774,0	79.716,5	51.888,6	22.313,7	5.514,2
	2012/13	5.514,2	81.505,7	911,4	87.931,3	53.498,3	26.174,1	8.258,9
	2013/14	8.258,9	80.052,0	800,0	89.110,9	53.905,6	20.913,8	14.291,5
	2014/15	11.835,5	84.672,4	350,0	96.857,9	55.959,5	30.877,7	10.020,7
	2015/16	10.506,7	69.141,4	1.500,0	81.148,1	54.679,0	22.000,0	4.469,1
Soja em Grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	31.468,0	444,0
	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.524,0	42.791,9	740,1
	2013/14	910,3	86.120,8	630,0	87.661,1	39.935,8	45.691,0	1.414,8
	2014/15	1.414,8	96.228,0	324,1	97.966,9	42.850,0	54.324,0	792,9
	2015/16	925,7	95.574,4	700,0	97.200,1	42.500,0	54.250,0	450,1
Farelo de Soja	2009/10	1.903,2	26.719,0	39,5	28.661,7	12.944,0	13.668,6	2.049,1
	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,0	14.289,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,0	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,4	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.415,0	1,0	31.251,3	15.500,0	15.200,0	551,3
Óleo de Soja	2009/10	302,2	6.766,5	16,2	7.084,9	4.980,0	1.563,8	541,1
	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,2	8.327,7	6.359,2	1.669,9	298,6
	2015/16	298,6	7.702,5	40,0	8.041,1	6.380,0	1.400,0	261,1
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.922,2	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	5.771,9	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	6.011,8	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	7.010,2	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	743,7	6.284,7	5.300,0	12.328,4	10.518,0	800,0	1.010,4

FONTE: CONAB – Levantamento 10 – JUL/2016 (disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estoque de passagem – Algodão, feijão e soja: 31 de dezembro – Arroz 28 de fevereiro – Milho 31 de janeiro e Trigo 31 de julho.

INDICADORES

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES - 1989-2016

(Mil toneladas e mil hectares)

ANO	BRASIL			MAIORES ESTADOS PRODUTORES									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740,16	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580,00	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027,00	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150,00	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179,00	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221,00	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175,00	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299,00	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384,00	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367,00	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414,00	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751,00	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577,00	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816,00	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329,00	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245,00	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419,00	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822,66	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816,00	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629,00	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927,00	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854,00	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998,00	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.574	33.228	2.876,00	26.031	9.140	16.982	5.445	10.250	3.285	7.241	2.430	4.711	1.469

FONTE: CONAB

INDICADORES

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	3,5	5,0	3,9	5,0	4,9	2,2	-0,4	5,0	3,7	2,9	3,0	2,6	2,76
África do Sul	3,0	4,5	5,3	5,6	5,6	3,6	-1,7	2,8	3,3	3,1	2,0	...	1,19
Alemanha	-0,7	0,7	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,2	1,58	1,45
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	2,9	0,38	...
Bolívia	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,46	4,85
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7
Canadá	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	3,0	1,9	2,0	2,44	1,08
Chile	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,89	2,07
China	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3	9,3	7,8	3,98	1,88	2,07
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3
Coreia do Sul	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	3,31	2,61
Equador	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	3,6	5,7	3,80	0,29
Estados Unidos	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,39	2,43
França	0,8	2,6	1,6	2,6	2,3	0,1	-2,9	1,9	2,1	0,4	0,4	0,39	1,10
Índia	8,0	7,0	9,5	9,6	9,3	6,7	8,6	9,3	6,3	4,5	6,6	7,2	...
Indonésia	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,2	5,8	5,02	4,79
Itália	0,2	1,4	1,2	2,1	1,3	-1,1	-5,5	1,7	0,7	-2,3	-1,9	-0,65	0,51
Japão	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,1	-5,5	4,7	-0,4	1,7	1,6	-0,15	0,61
México	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,9	4,0	1,4	2,15	2,58
Paraguai	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,3	-1,2	14,3	4,23	...
Peru	4,0	5,6	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,34	...
Reino Unido	4,3	2,5	2,8	3,0	2,6	-0,3	-4,3	1,9	1,6	0,7	1,7	2,82	2,33
Rússia	7,4	7,2	6,4	8,2	8,5	5,3	-7,8	4,5	4,3	3,4	7,4	0,63	...
Tailândia	7,0	6,2	4,5	5,6	4,9	2,5	-2,3	7,8	0,1	6,5	2,9	0,73	2,82
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	3,24	0,98
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	...

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

Dado não disponível.

INDICADORES

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	3,91	4,86	4,90	4,37	4,83	4,73	1,47	4,69	4,97	2,87	3,65	3,22	2,77
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,45	6,38	4,59
Alemanha	1,44	1,05	0,60	0,31	1,62	0,81	1,70	0,96	0,97	1,78	2,56	0,91	0,23
Argentina	10,50	9,22	8,82	13,53	14,95	23,94	10,28	15,40	17,62	16,39	10,62
Bolívia	6,33	7,97	5,94	13,66	7,37	10,38	-2,42	8,78	14,57	6,91	6,01	5,78	4,06
Brasil	13,72	8,04	7,21	6,15	5,87	8,33	7,19	8,23	6,97	5,40	6,20	6,33	9,03
Canadá	3,18	2,99	2,83	2,47	4,31	3,42	-2,01	2,68	2,94	3,76	1,37	1,91	1,13
Chile	4,97	7,47	7,15	12,65	4,84	0,47	3,84	8,83	3,33	1,30	1,73	4,40	4,35
China	1,16	3,88	1,82	1,46	4,75	5,86	-0,70	3,31	5,41	2,65	2,63	1,99	1,44
Colômbia	6,47	5,13	15,86	5,78	5,04	7,56	3,41	3,86	6,73	3,17	1,52	2,88	5,01
Coreia do Sul	3,40	2,98	1,03	-0,14	2,40	2,96	3,54	3,16	1,58	1,04	0,70	1,27	0,71
Equador	10,59	4,26	7,73	8,00	6,65	13,85	-1,36	6,75	6,71	4,40	4,95	3,57	3,97
EUA	1,99	2,75	3,22	3,07	2,66	1,96	0,76	1,22	2,06	1,80	1,49	1,62	0,12
França	2,09	1,44	2,11	2,24	2,51	2,25	0,51	0,73	1,23	1,20	1,02	0,51	0,04
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,35	4,91
Indonésia	5,49	8,55	14,33	14,09	11,26	18,15	8,27	8,26	8,12	4,53	4,16	6,39	6,36
Itália	2,89	2,59	1,74	1,87	2,60	2,44	2,07	0,40	1,20	1,50	1,53	0,24	0,04
Japão	-1,71	-1,35	-1,27	-1,11	-0,91	-1,24	-0,51	-2,19	-1,89	-1,20	-0,62	2,75	0,79
México	21,14	8,36	5,21	6,34	4,97	6,06	3,40	4,46	5,37	3,23	1,63	4,02	2,72
Paraguai	12,21	8,99	10,08	6,08	9,77	9,34	2,04	6,10	9,83	5,55	-3,80	5,03	3,13
Peru	2,30	1,99	2,10	8,29	2,39	1,94	1,56	6,01	5,17	2,08	1,73	3,23	3,56
Reino Unido	2,17	2,91	2,81	2,69	2,87	2,89	1,99	3,17	2,13	1,66	1,79	1,46	0,05
Rússia	12,68	9,69	8,99	14,11	11,67	6,84	8,43	5,08	6,78	7,83	15,53
Tailândia	1,63	3,31	4,56	4,69	3,55	3,84	1,92	3,66	4,25	1,33	1,67	1,90	-0,90
Uruguai	16,54	10,10	0,68	6,53	9,42	8,02	5,58	4,66	8,98	7,37	7,62	8,88	8,67
Venezuela	34,93	33,95	29,60	17,90	15,45	30,13	7,83	45,94	28,15	14,06	40,64	62,17	121,74

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

Dado não disponível.

Panorama Econômico – Julho/2016

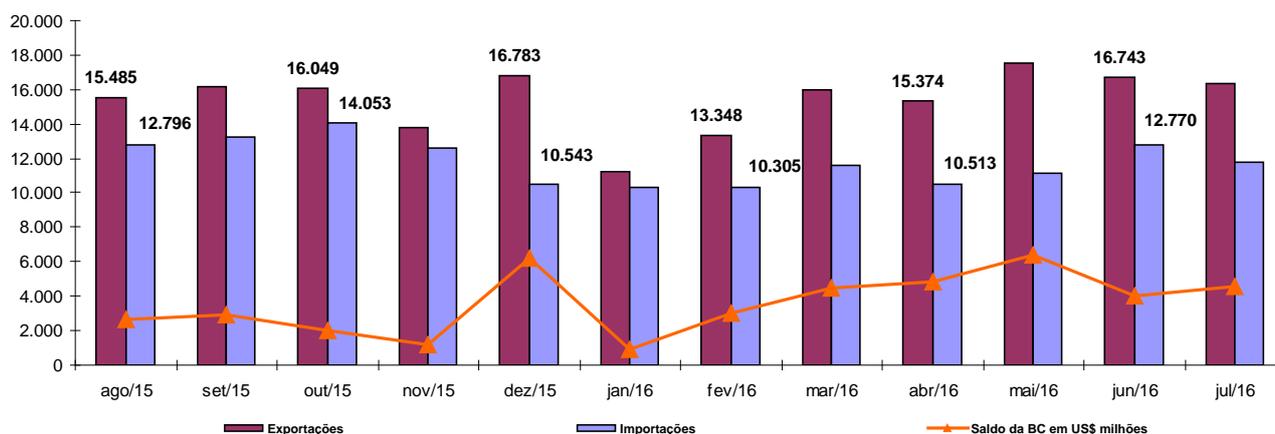
Carlos Ilton Cleto

Comércio Internacional

Balança Comercial – (Julho/2016) - MDIC

Fato

Em julho, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 4,58 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 16,33 bilhões e *importações* de US\$ 11,75 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 28,08 bilhões, no mês, e US\$ 184,94 bilhões no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 28,23 bilhões.



FONTE: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram queda de 3,5%, e as *importações* de 20,3%. Pelo mesmo critério, na comparação com junho de 2016, houve redução crescimento de 2,2% nas *exportações* e queda de 3,6% nas *importações*.

A *corrente do comércio*, pela média diária, registrou recuo de 11,3% com relação ao mesmo mês do ano anterior e de 0,3% na comparação com junho de 2016. No acumulado no ano, as *exportações* diminuíram 5,6% sobre igual período de 2015 e as *importações*, na mesma comparação, caíram 27,6%.

Em julho de 2016, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* diminuíram 14,7%, enquanto aumentaram as vendas de *semimanufaturados*, 10,1% e a de *manufaturados* 7,3%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Países Baixos, Argentina e Alemanha. Pelo mesmo critério de comparação, houve queda de 40,7% nas importações de *combustíveis e lubrificantes*, 29,8%, nos *bens de consumo*, 21,2% nas importações de *bens de capital* e 13,5% nos *intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Argentina, Alemanha e Coreia do Sul.

Consequências

O saldo da *Balança Comercial* segue apontando resultados positivos, todavia este tem sido alcançado mais como consequência da queda das *importações*, decorrente do *desaquecimento da atividade econômica*, do que crescimento das *exportações*.

Atividade

Produção Industrial Mensal (Maio/2016) – IBGE

Fato

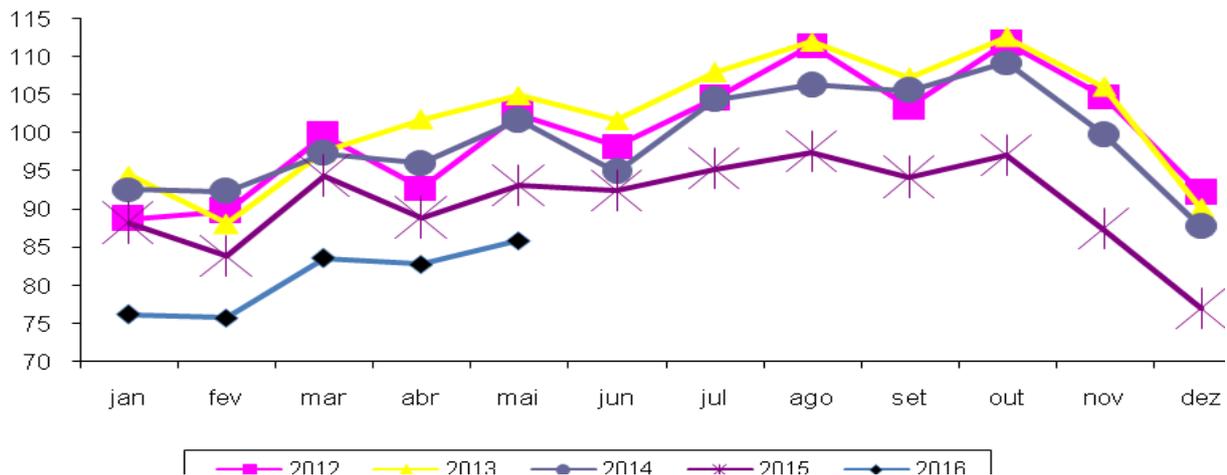
Em maio, a *produção industrial* mostrou variação nula frente a abril de 2016. Na comparação com maio do ano passado houve queda de 7,8%. No acumulado do ano a *produção industrial* recuou 9,8%, e em doze meses 9,5%.

Causa

Na comparação com o mês anterior, por categoria de uso, o *setor de bens de consumo duráveis* registrou o maior avanço, 5,6%, interrompendo quatro meses consecutivos de resultados negativos, período que acumulou perda de 13,0%. Os *bens de capital* também tiveram aumento 1,5%. Por outro lado, os *bens de consumo semi e não-duráveis* tiveram redução de 1,4% e o segmento de *bens intermediários*, queda de 0,7%.

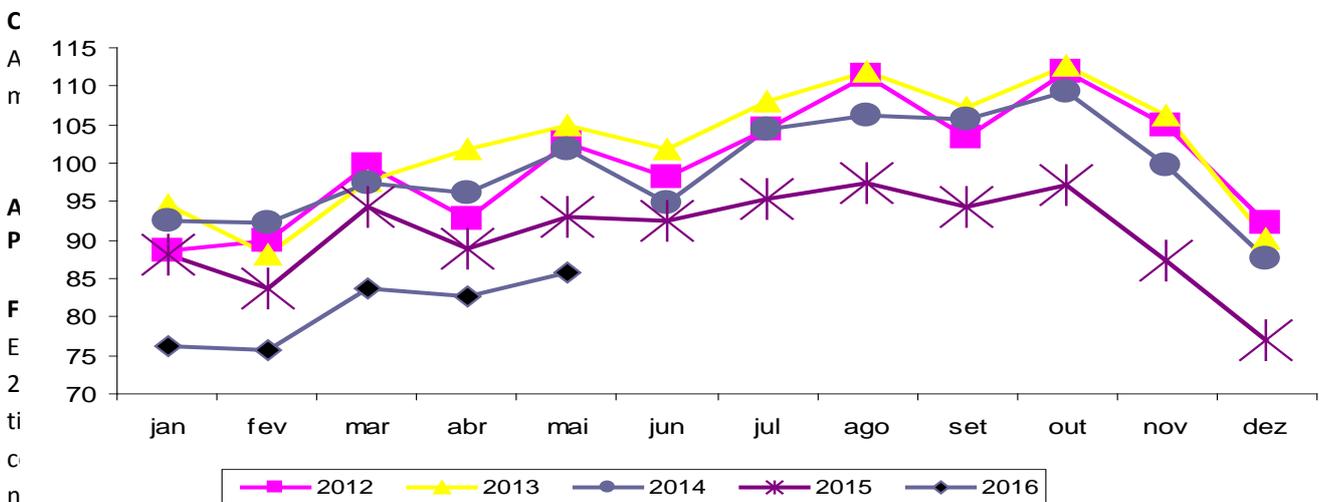
Comparativamente a maio de 2015, os segmentos de *bens de consumo duráveis* e de *bens de capital* tiveram as maiores quedas, 17,4% e 11,4%, respectivamente. Os *bens intermediários* caíram 8,1% e os *bens de consumo semi e não-duráveis* tiveram queda de 2,1%.

Produção Industrial BRASIL



F

Produção Industrial BRASIL



C

A

n

A

P

F

E

2

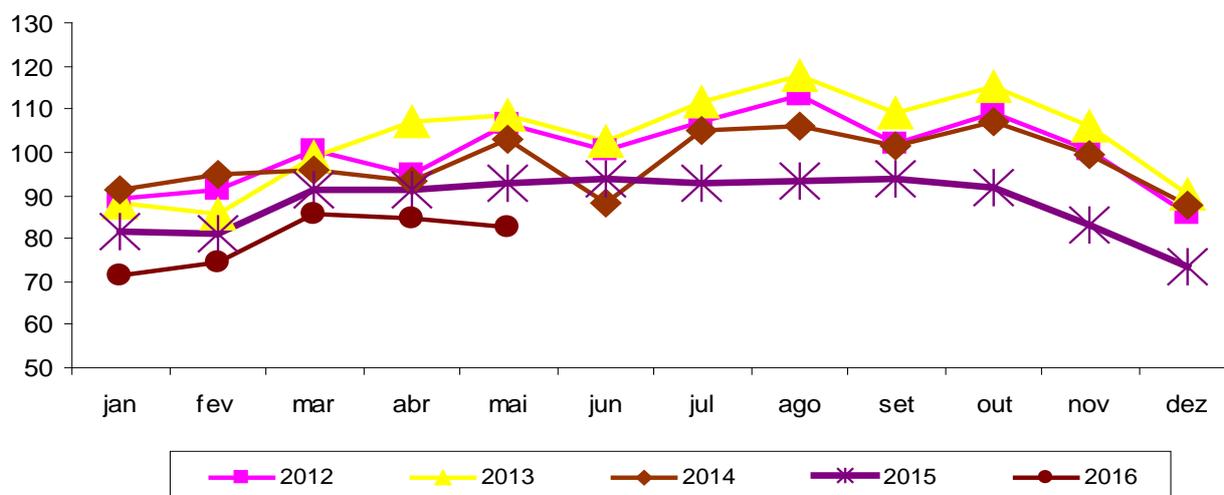
t

i

c

n

Produção Industrial PARANÁ



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram maior recuo foram por ordem: **Paraná**, Goiás, Pará e São Paulo. Os locais com avanço na produção foram: Amazonas, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, região Nordeste, Ceará e Santa Catarina. Na comparação com maio de 2015, destacam-se como recuos mais intensos: Espírito Santo e **Paraná**. Por outro lado os avanços ocorreram no Mato Grosso, Pará e região Nordeste.

No **Estado do Paraná**, em relação a maio de 2015, doze das treze atividades pesquisadas, assinalaram taxas negativas. Os maiores impactos descendentes vieram dos setores de *coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, outros produtos químicos, veículos automotores, reboques e carrocerias, produtos de minerais não metálicos, máquinas e equipamentos, produtos alimentícios e produtos de metal*.

Consequência

A *indústria nacional* segue apresentando forte recuo, principalmente em períodos de comparação maiores. O mesmo se repete na *indústria paranaense* e ainda não existem sinalizadores consistentes para a melhora.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre – abr – mai - jun de 2016) – IBGE

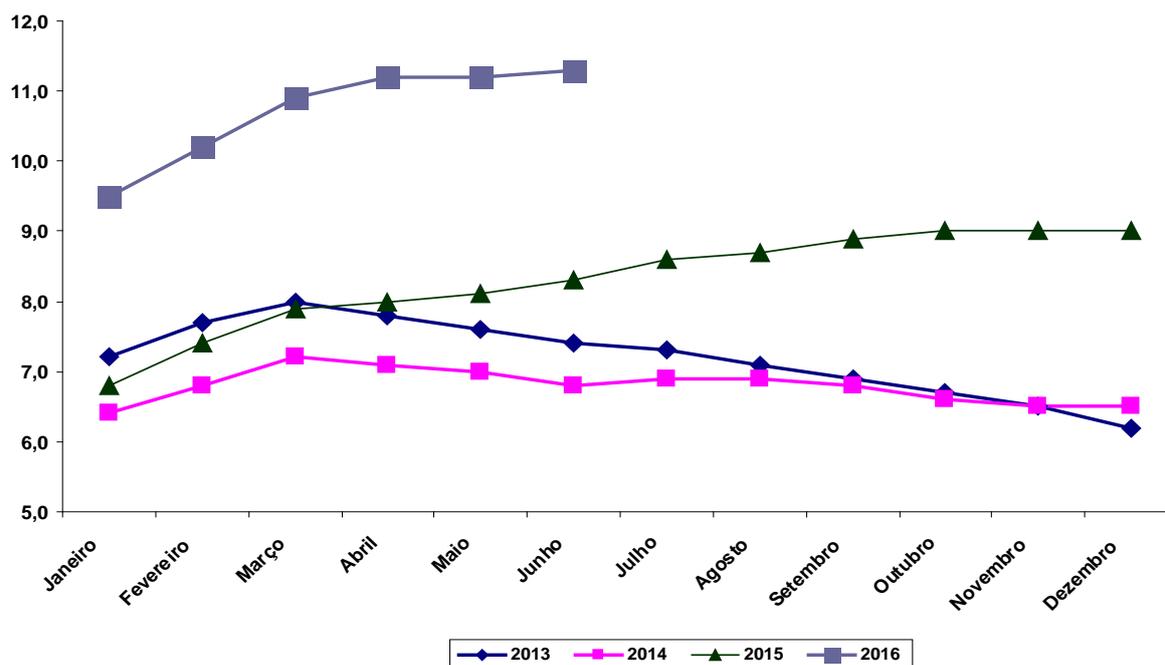
Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em 2016, *taxa de desocupação* de 11,3%, com crescimento de 3,0 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior e expansão de 0,4 p.p. na comparação com o trimestre encerrado em março.

O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 1.972 caindo 1,5%, frente ao trimestre encerrado em março e 4,2% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Causa

No trimestre havia 11,6 milhões de pessoas desocupadas, no trimestre encerrado em março este contingente era de 11,1 milhões, no mesmo trimestre do ano anterior a taxa de desocupação era de 8,4 milhões, espelhando, portanto crescimento de 4,5% frente ao trimestre encerrado em março e 38,7% frente ao trimestre encerrado em abril do ano anterior. O número de pessoas ocupadas foi estimado em 90,8 milhões.



Consequência

O *desemprego* segue em patamar elevado e o cenário para o segundo semestre de 2016 aponta para a continuidade no crescimento da *taxa de desocupação*.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Junho/2016) – IBGE Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em junho, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – **LSPA**, a *safra* de 2016 foi estimada em 191,8 milhões de toneladas, 8,4% abaixo da obtida em 2015 e 2,1% menor que a estimativa de maio. A área cultivada em 2016 deve apresentar queda de 0,1% em comparação ao ano anterior, chegando a 57,5 milhões de hectares.

Causa

Das três principais culturas de grãos, *arroz*, *milho* e a *soja*, que respondem por 87,4% da área plantada, a *soja* deverá apresentar variação positiva de 2,8%, por outro lado o *milho* e o *arroz* terão recuo de 1,2% e 9,4%, respectivamente. Quanto à produção, dessas culturas, que representam 92,4% do total produzido, os recuos serão 0,6% para a *soja*, 12,2% para o *arroz* e 18,0% para o *milho*. Na comparação entre a estimativa de junho em relação a 2015, doze entre os vinte e seis produtos devem registrar crescimento, *amendoim em casca 1ª e 2ª safras*, *aveia em grão*, *batata-inglesa 1ª e 2ª safras*, *cacau em amêndoa*, *café em grão – arábica*, *cebola*, *cevada em grão*, *mamona em baga*, *trigo em grão* e *triticale em grão*. Por outro lado, verificou-se uma diminuição na produção de: *algodão herbáceo em caroço*, *arroz em casca*, *batata-inglesa 3ª safra*, *café em grão – canphora*, *cana-de-açúcar*, *feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras*, *laranja*, *mandioca*, *milho em grão 1ª e 2ª safras*, *soja em grão* e *sorgo em grão*. Regionalmente a produção de *cereais*, *leguminosas* e *oleaginosas*, deverá ficar distribuída da seguinte forma: Centro Oeste, 79,9 milhões de toneladas, Sul 74,2 milhões, Sudeste, 19,7 milhões, Nordeste, 11,7 milhões e Norte, 6,3 milhões. Mato Grosso lidera como maior produtor nacional de grãos, com participação de 24,9%, seguido pelo **Paraná**, 18,9% e Rio Grande do Sul, com 16,5%.

Consequência

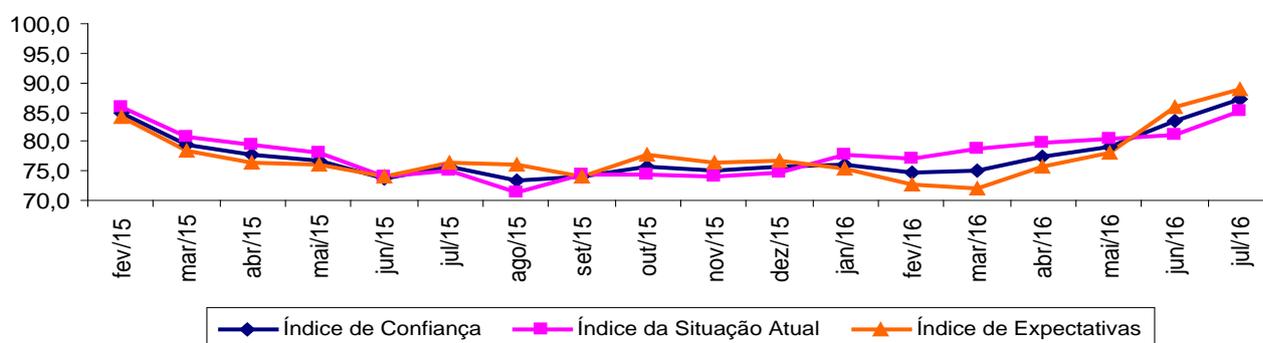
O prognóstico da produção agrícola vem apresentado variações negativas frente ao ano anterior, levando a crer que a safra de grãos em 2016 não será tão positiva como se imaginava no início do ano.

Atividade

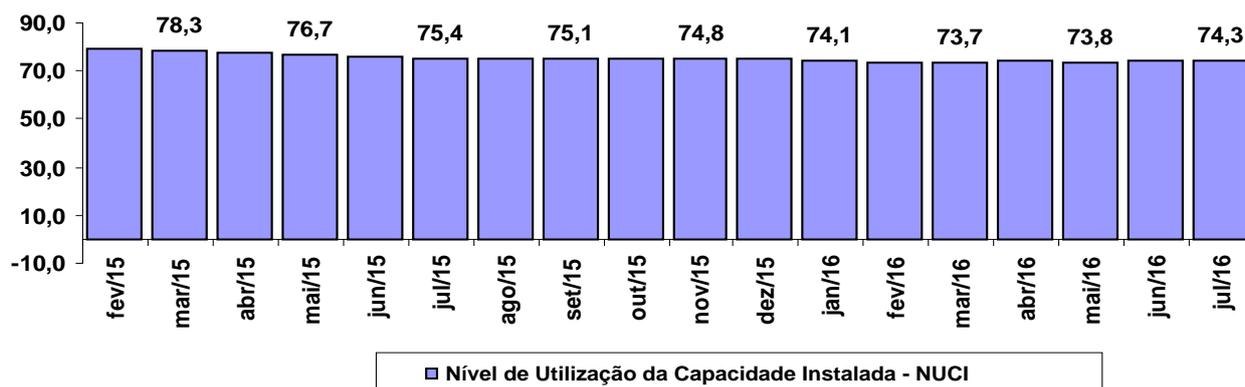
Sondagem da Indústria (Julho/2016) – FGV

Fato

Na passagem de junho para julho, o *Índice de Confiança da Indústria de Transformação - ICI* registrou avanço de 3,7 pontos, passando de 83,4 para 87,1 pontos, o maior nível desde novembro de 2014. Com elevação de 4,0 pontos no *Índice da Situação Atual - ISA*, que passou de 81,2 para 85,2 pontos e crescimento no *Índice das Expectativas - IE*, de 3,3 pontos, atingindo 89,0 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada - NUCI* alcançou 74,3%, 0,4 acima do resultado de junho.



FONTE: FGV



FONTE: FGV

Causa

O *ISA* foi positivamente influenciado pela avaliação com relação à *situação atual dos negócios*, pois subiu 8,0 pontos, chegando a 83,1 pontos. O percentual de empresas avaliando a *situação atual dos negócios* como *boa* cresceu 5,0 p.p., chegando a 10,4% do total, enquanto a parcela dos que avaliam como *fraca* caiu 5,9 p.p., chegando a 41,0%. No que tange ao *IE*, destaca-se o *total de pessoal ocupado*, nos três meses seguintes, que cresceu 6,2 pontos, atingindo 90,8 pontos.

Consequências

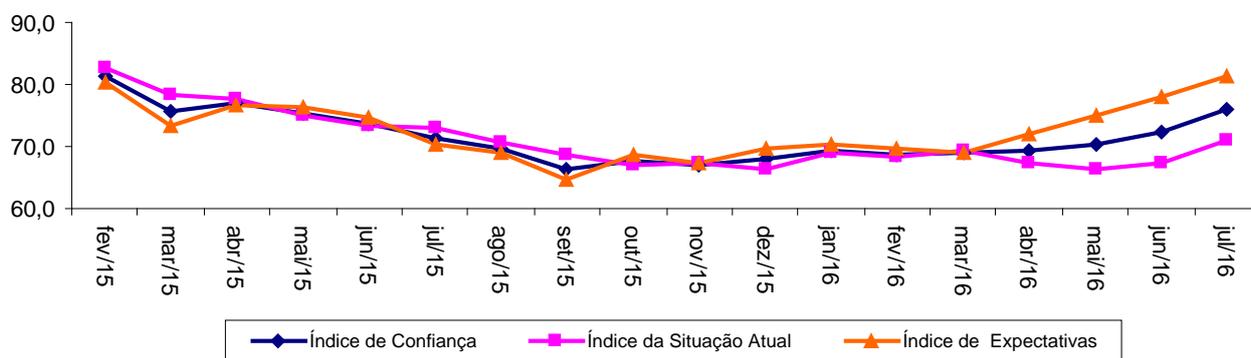
O avanço com relação à *situação atual dos negócios* deu mais consistência à tendência de recuperação da indústria. “Apesar das incertezas ainda presentes no ambiente político e econômico, o resultado consolida a percepção de melhora gradual do ambiente dos negócios no setor.”

Atividade

Sondagem de Serviços (Julho/2016) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* recuou 3,6 pontos entre junho e julho, passando de 72,4 para 76,0 pontos, após a quinta alta consecutiva, o índice atinge o maior nível desde maio do ano passado. O *Índice da Situação Atual – ISA* avançou 3,6 pontos, atingindo 71,1 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* cresceu 3,4 pontos, atingindo 81,4 pontos.



FONTE: FGV

Causa

No *ISA*, o indicador que avalia a *situação atual dos negócios* foi o que mais contribuiu para o aumento, com crescimento de 5,9 pontos. 3,5%. Nas *expectativas*, houve avanço de 6,1 pontos, alcançando 82,8 pontos.

Consequência

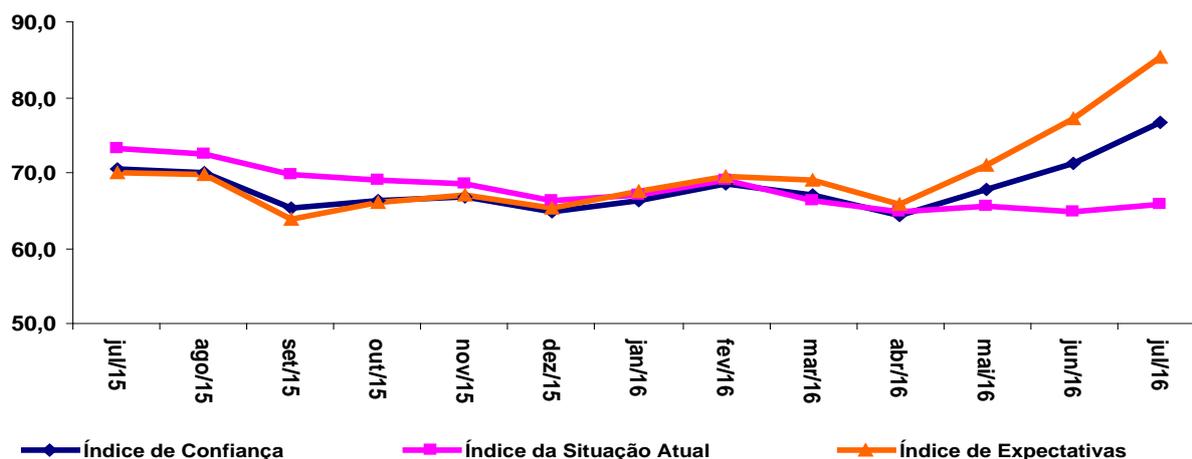
Os índices de confiança confirmam a trajetória de recuperação, sendo agora influenciados tanto pelo momento atual como pelas expectativas futuras.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Julho/2016) – FGV

Fato

Entre os meses de junho e julho, o *ICC* avançou 5,4 pontos passando de 71,3 para 76,7 pontos, avançando pelo terceiro mês consecutivo. O índice da *Situação Atual* subiu 1,0 ponto, passando de 64,7 para 65,7 pontos, e o *Índice das Expectativas* cresceu 8,2 pontos, de 77,1 para 85,3 pontos.



FONTES: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, o indicador que mede o grau de *satisfação com a situação financeira família* avançou 1,8 ponto, atingindo 59,0 em julho, mas se manteve em patamar muito próximo ao mínimo histórico de abril de 2016, 56,9 pontos. No que tange ao *futuro*, houve elevação de 6,8 pontos, no grau de otimismo dos consumidores em relação à *situação econômica local futura*, acumulando quatro meses de melhoras consecutivas.

Consequência

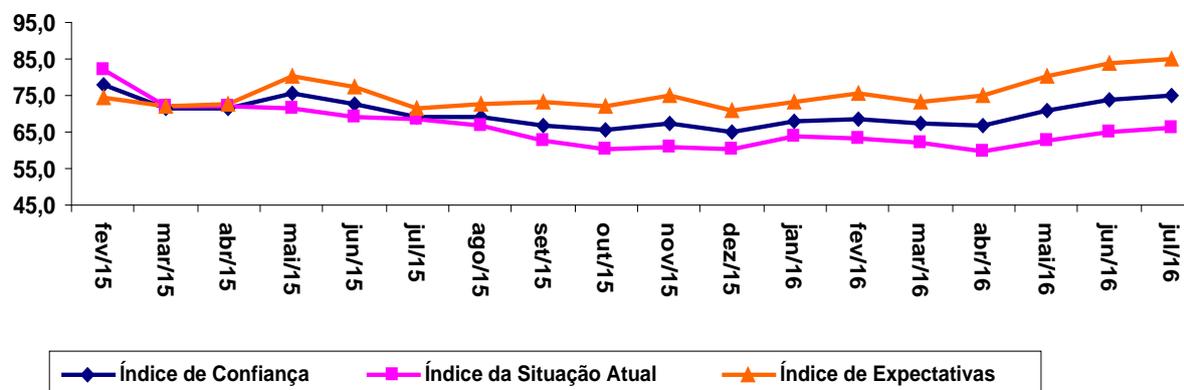
Embora ainda em patamar muito baixo, a *confiança do consumidor* segue apresentando recuperação, condicionada principalmente pelas *expectativas*.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Julho/2016) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* avançou 1,2 ponto, entre junho e julho, passando de 73,7 para 74,9 pontos. O *Índice a Situação Atual - ISA* avançou 1,2 pontos, atingindo 66,1 pontos, e o *Índice de Expectativas - IE* também aumentou 1,2 ponto, chegando a 84,8 pontos, o maior desde janeiro de 2015.



FONTES: FGV

Causa

No *ISA*, a maior contribuição veio do quesito que mede o grau de satisfação com o *volume de demanda atual*, que subiu 2,0 pontos, chegando a 65,6 pontos. Nas expectativas a alta foi determinada pelo indicador que mede o grau de otimismo com as *vendas nos três meses seguintes*, que avançou 2,8 pontos em relação a junho, chegando a 85,0 pontos.

Consequência

A melhora no *índice de confiança do comércio* tem sido condicionada principalmente pela melhora nas *expectativas*. Falta ainda para consolidar a recuperação crescimento consistente da *demand*.

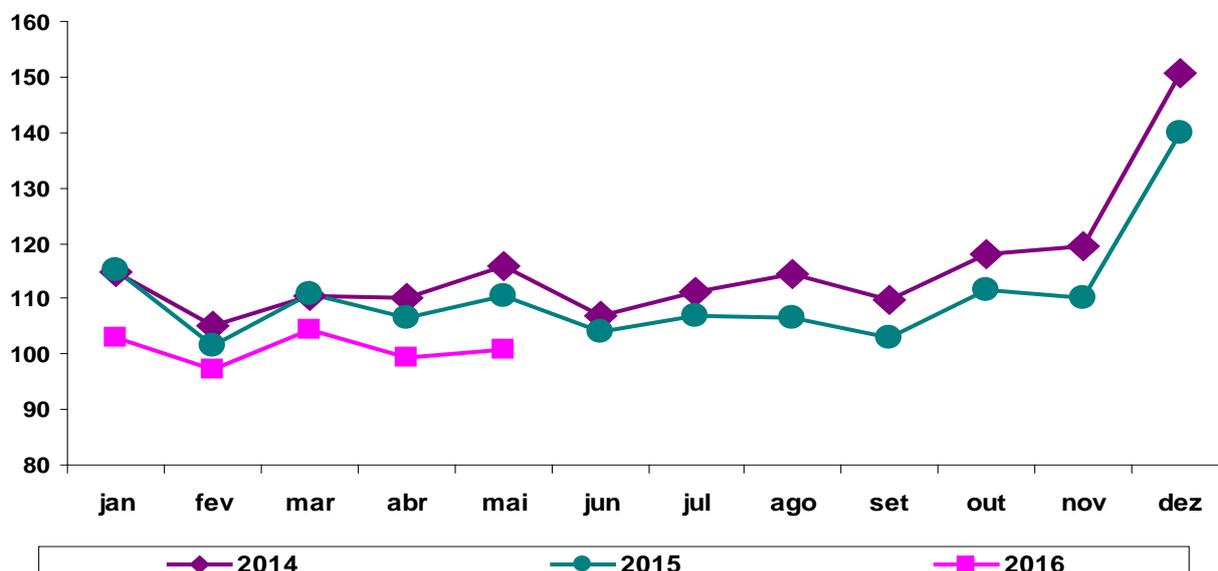
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Maio/2016) – IBGE

Fato

No mês de maio, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal, caiu 1,0% em relação a abril. Nesta análise a *receita nominal* caiu 0,1%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foi de recuo de 9,0% sobre maio de 2015, negativos 7,3% no acumulado do ano e de negativos 6,5% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 2,2% com relação à igual mês de 2015, 4,2% no acumulado no ano e 3,2% no acumulado em doze meses.

No *comércio varejista ampliado*, houve queda de 0,4%, no *volume de vendas* com relação ao mês anterior, e avanço de 0,6% na *receita nominal*. Nas demais comparações os resultados para o *volume de vendas* foram, negativos 10,2% frente a maio do ano anterior, negativos 9,5% no acumulado em 2016 e negativos 9,7% em doze meses. Na *receita nominal* as variações foram: negativos 2,1%, negativos 0,9% e negativos 1,8%, frente à igual mês do ano anterior, no acumulado no ano e em doze meses respectivamente.



FONTE: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com maio de 2015, todas as atividades do varejo apresentaram recuo, os que tiveram maior contribuição negativa na taxa global foram por ordem: 5,6%, para *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 15,5% para *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 14,6% para *Moveis e eletrodomésticos*, 10,9% para *Combustíveis e lubrificantes*, 13,5% para *Tecidos, vestuário e calçados*, 2,6% para *Artigos*

farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 14,4% para Equipamentos, e material para escritório, informática e comunicação e 24,2%, para Livros, jornais, revistas e papelaria.

Consequência

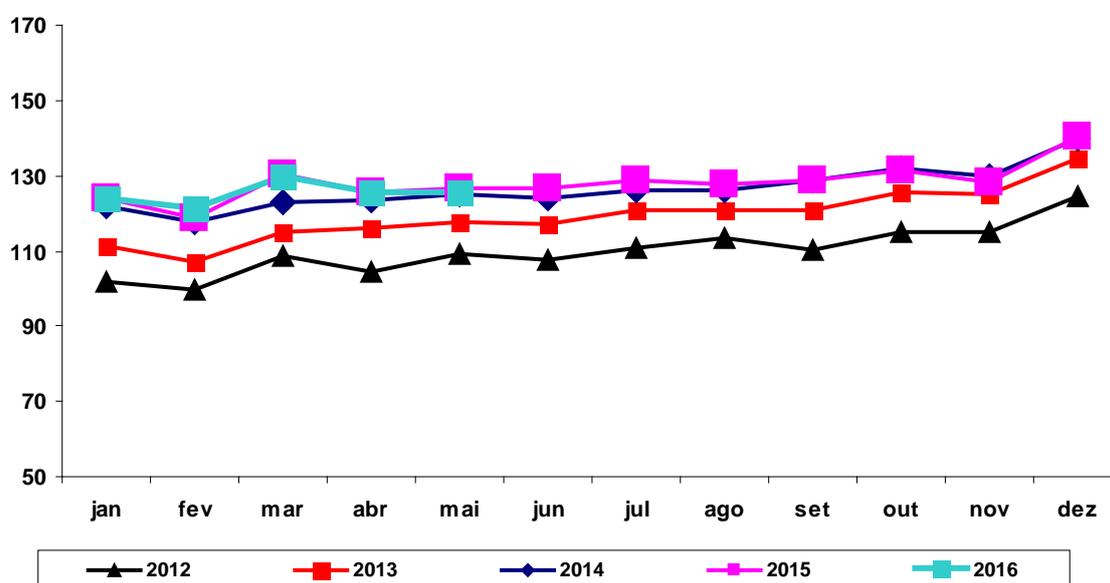
O desempenho do *Comércio Varejista* segue em franca decadência, reflexo da baixa atividade econômica interna. Para os próximos períodos não existe expectativa de recuperação, devendo a retomada reiniciar em 2017.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Maio/2016) – IBGE

Fato

No mês de maio frente a abril o *volume dos serviços* caiu 0,1% e a *receita nominal* cresceu 0,4%. Frente a igual mês do ano anterior, houve queda de 6,1% no *volume* e de 0,7% na *receita*. No acumulado do ano a redução no *volume* foi de 5,1% e a *receita* aumentou 0,2% e no acumulado em doze meses, as variações foram negativos 4,8% para o *volume* e positivos 0,4% para a *receita nominal*.



FONTE: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com maio de 2015, os recuos foram *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio* 9,1%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 7,8% *Serviços Prestados às Famílias*, 7,0%, *Outros Serviços*, 6,2% e *Serviços de Informação e Comunicação*, 2,6%.

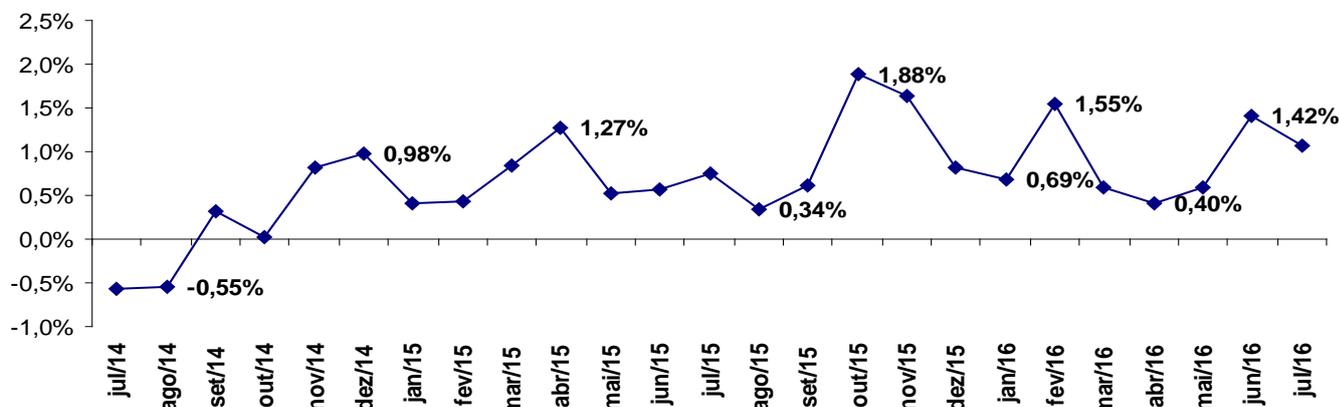
Consequência

O desempenho da *receita dos serviços* tem sido condicionado principalmente pelo baixo crescimento da *massa salarial* e que vem perdendo volume ao longo dos meses.

Inflação IGP-10 (Julho/2016) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação de 1,06% em julho, caindo 0,36 p.p. frente ao mês anterior. O acumulado em doze meses ficou em 12,18%, e no ano, 6,45%.



FONTE: FGV

Causa

No mês de julho, os componentes do **IGP-10** apresentaram os seguintes comportamentos: no **IPA** houve desaceleração de 0,66 p.p., apresentando variação de 1,23% e o **IPC** desacelerou-se 0,22 p.p., chegando a 0,27%. O **INCC** avançou 1,27 p.p., com variação de 1,76%.

No **IPA**, o grupo *Matérias-Primas Brutas* teve desaceleração de 4,14 p.p., com contribuição de *soja, milho e minério de ferro*. Os *Bens Intermediários* apresentaram variação de 0,74% em julho e 1,26% em junho, influenciados por *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais* variaram 2,67% em julho e 0,51% em junho, registrando aceleração em decorrência de *alimentos in natura*.

O grupo *Habituação* foi o principal recuo no **IPC**, com destaque para *tarifa de eletricidade residencial*. Também tiveram variações menores: *Saúde e Cuidados Pessoais, Despesas Diversas, Vestuário, Transportes e Comunicação*. No **INCC**, *Materiais, Equipamentos e Serviços* avançaram 0,09 p.p., e a *Mão de Obra* 2,29 p.p.

Consequência

O IGP-10 apresentou desaceleração após dois meses de aquecimento, devendo seguir com arrefecimento nos próximos meses.

Inflação IGP-M (Julho/2016) – FGV

Fato

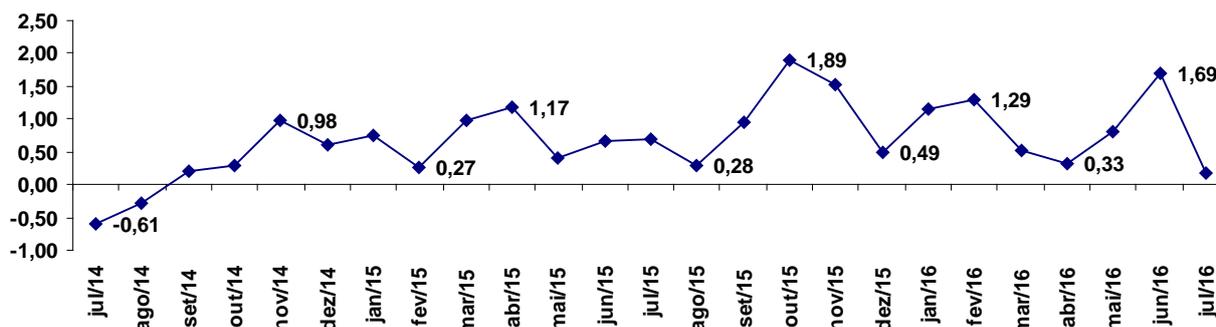
O **IGP-M** variou 0,18%, em julho, com variação 1,51 p.p. menor do que a variação de junho. Em doze meses o acumulado é de 11,63%, e no ano, 6,09%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA**, que responde por 60% do índice, registrou variação de negativos 0,01%, em junho a variação havia sido de 2,21%. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram redução de preços na ordem de 1,96%,

desacelerando 5,62 p.p. frente ao mês anterior, principalmente em decorrência da menor variação dos preços dos itens *soja*, *milho* e *minério de ferro*. Os *Bens Finais* tiveram taxa 1,41%, com desaceleração de 0,24 p.p., com consequência do decréscimo no preço dos *alimentos in natura* e os *Bens Intermediários* apresentaram variação 1,20 p.p. menor que em junho, decorrente de *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC** recuou 0,04 p.p., com o principal decréscimo em *Habitação*, com destaque para *tarifa de eletricidade residencial*. Também tiveram recuo em suas taxas de variação: *Vestuário* e *Despesas Diversas*. O **INCC** apresentou desaceleração de 0,43 p.p., com menor variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços*, 0,14 p.p. e em *Mão de Obra*, 0,71 p.p.



FONTE: FGV

Consequência

Ainda que no mês tenha ocorrido desaceleração, o **IGP-M** segue elevado, devendo influenciar os *preços de contratos* que utilizam este *indicador*. Para os próximos meses a expectativa é que os *preços* apresentem arrefecimento.

Inflação

IGP-DI (Junho/2016) – FGV

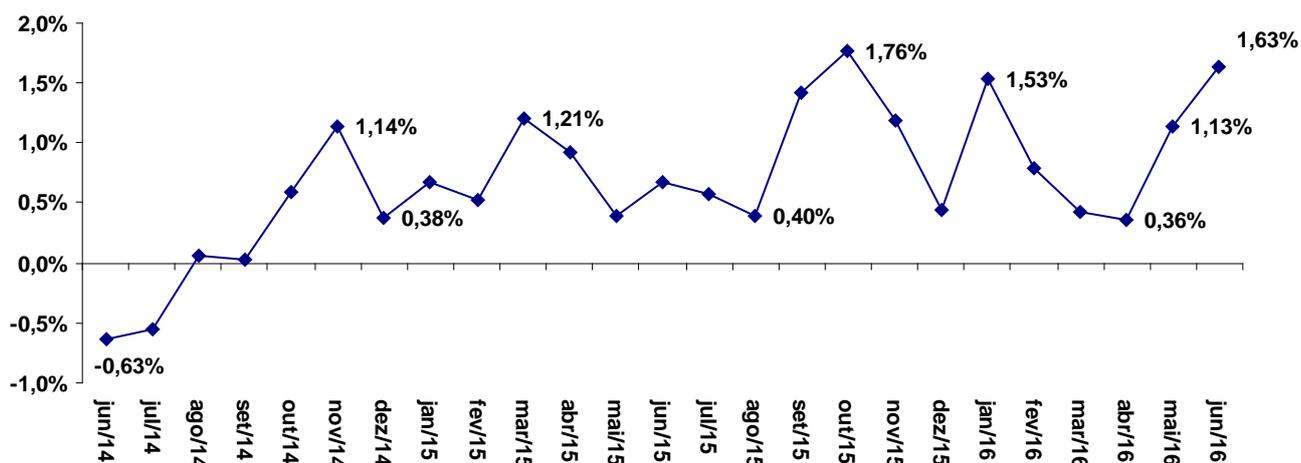
Fato

O *Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna* - **IGP-DI** registrou variação de 1,63% em junho, acelerando-se 0,50 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 12,32%.

Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** aumentou sua taxa de variação em 0,61 p.p., atingindo 2,10%. Os *Bens Finais* foram as principais responsáveis pelo avanço, registrando variação 2,50 p.p. maior do que no mês anterior, com destaque ascendente para *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* tiveram aceleração de 0,28 p.p., sendo o principal responsável por este movimento subgrupo *combustíveis e lubrificantes*. As *Matérias-Primas Brutas* diminuíram a taxa de variação em 1,36 p.p., por conta de *minério de ferro*, *milho* e *laranja*.

No **IPC** houve desaquecimento de 0,38 p.p., decorrente da desaceleração nos preços do grupo *Alimentação*, em decorrência da menor variação do item *frutas*. Também apresentaram menor variação: *Despesas Diversas*, *Saúde e Cuidados Pessoais*, *Habitação*, *Vestuário* e *Comunicação*. O **INCC** registrou aceleração de 1,85 p.p., com forte avanço em *Mão de Obra*.



FONTES: FGV

Consequência

O IGP-DI voltou a apresentar *aceleração* no mês, principalmente decorrente do avanço do *preço dos alimentos in natura*. Como o índice aponta principalmente a variação dos *preços no varejo*, a expectativa para os próximos períodos é de avanço nos *preços ao consumidor*.

Inflação

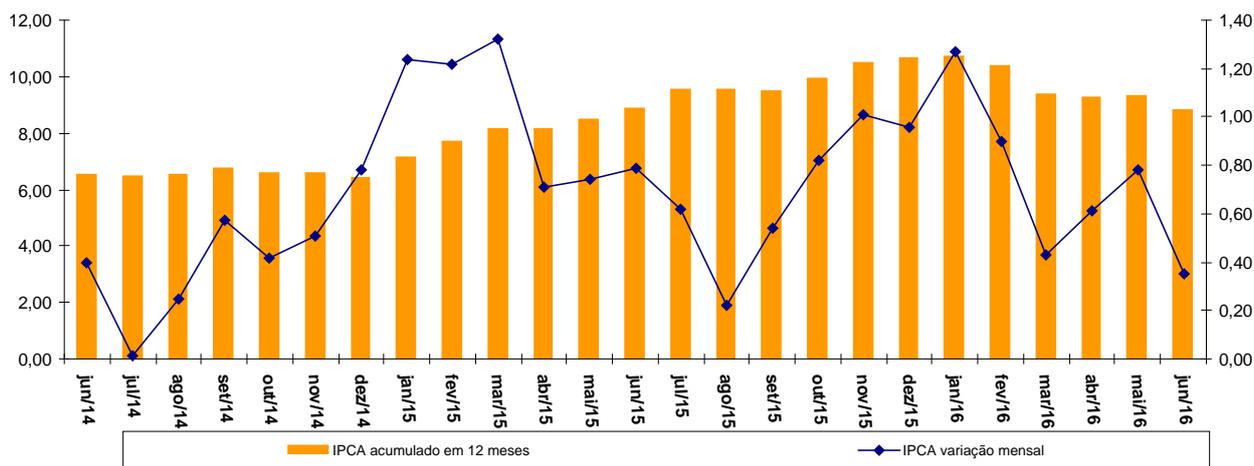
IPCA (Junho/2016) – IBGE

Fato

O IPCA variou 0,35% em junho, ficando 0,43 p.p. abaixo da variação de maio. O índice acumulado em doze meses é de 8,84%, também abaixo do registrado nos doze meses imediatamente anteriores (9,32%). No ano, o acumulado ficou em 4,42%, 1,75 p.p. abaixo do acumulado no mesmo período do ano passado. Em **Curitiba** a variação do índice recuou 0,55 p.p., registrando variação de 0,09% em junho, 3,64% no ano e 8,67% em doze meses.

Causa

No mês, sete dos nove grupos mostraram desaceleração, apenas *Transportes* e *Comunicação*, tiveram variação maior do que no mês anterior. A maior participação na composição do índice foi o grupo *Alimentação e Bebidas*, que mesmo com variação inferior a registrada no mês anterior, foi responsável por 0,18 p.p., com destaque para *feijão-carioca* e *leite longa vida*. Em **Curitiba** destacou-se o item *energia elétrica*, com variação negativa de 2,58%, com redução de 13,83% na tarifa em 24 de junho.



FONTE: IBGE

Consequência

Após aceleração por dois meses consecutivos, o **IPCA** registrou recuo, embora nos valores acumulados o índice siga bem superior ao teto da *meta inflacionária*.

Inflação

IPCA - 15 (Julho/2016) – IBGE

Fato

O **IPCA – 15** registrou variação de 0,54% em julho, aumentando 0,14 p.p. com relação a junho. Nos últimos doze meses o acumulado é de 8,93%, e no ano 5,19%. Em **Curitiba**, o índice foi de 0,38%, 0,15 p.p. abaixo do registrado em junho, acumulando variação de 8,29% em doze meses e 4,18% no ano.

Causa

O principal grupo responsável pelo aumento foi *Alimentos e Bebidas* com variação de 1,45% e impacto de 0,37 p.p., principalmente em decorrência do *feijão-carioca* cujos preços subiram, em média, 58,06% com impacto de 0,18 p.p. Os demais tipos de *feijão* também apresentaram aumentos significativos, *mulatinho*, 45,94%, *preto*, 34,23% e *fradinho* 11,78%.

Consequência

Apesar da variação intensa no mês e de seguir em patamar elevado, no mês o índice foi puxado principalmente em decorrência dos *preços dos alimentos*. Para os próximos meses ainda existe expectativa de aumento, porém em períodos mais longos deve ocorrer arrefecimento.

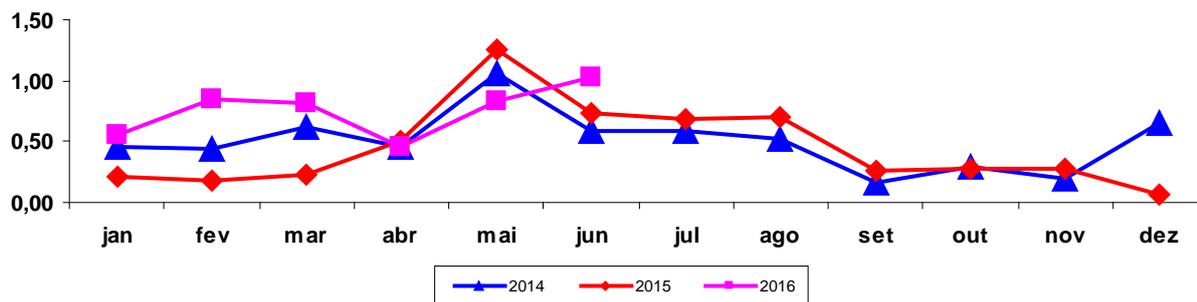
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Junho/2016) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 1,02% em junho, 0,19 p.p. acima da variação de maio. Em doze meses, o acumulado é de 6,99% e no ano 4,60%. O *custo nacional* por metro quadrado passou de R\$ 997,60, em maio, para R\$ 1.007,75 em junho sendo R\$ 528,55 relativos aos *materiais* e R\$ 479,20 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de negativos 0,13% no mês, 1,54% no ano e 6,94% em doze meses, e o *Custo Médio* atingiu R\$ 1.011,61.



FONTES: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,16%, 0,01 p.p. abaixo do índice de maio, e a componente *mão-de-obra* avançou 0,39 p.p., passando de 1,58% em maio, para 1,97% em junho. No ano, os acumulados foram: 2,41% para *materiais* e 7,10% para *mão-de-obra*. No mês as variações regionais foram: 0,33% na Região Norte, 0,82% na Região Nordeste, 1,54% no Sudeste, 0,09% no Centro-Oeste, e 1,01% no Sul. Ainda na verificação regional, os *custos* foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.060,18, Sul, R\$ 1.032,05, Norte, R\$ 1.017,08, Centro-Oeste, R\$ 999,76 e Nordeste R\$ 934,45.

Consequência

A maior variação no mês ocorreu na região Sudeste, decorrente principalmente do *reajuste salarial* causado pelo dissídio coletivo da categoria no Rio de Janeiro. Para os próximos meses não são esperadas variações intensas, devendo o índice manter comportamento semelhante ao dos anos anteriores.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Junho/2016) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 0,52% em junho, ficando, portanto 0,38 p.p. inferior à variação do mês anterior, 0,90%, e 0,05 p.p. maior do que a do mesmo mês do ano anterior, 0,47%. No acumulado em doze meses a variação foi de 5,67%, maior do que nos doze meses anteriores, 5,62%. No ano o acumulado está em negativos 0,08%, contra negativos 0,60% em maio.

Causa

No mês, onze das vinte e quatro atividades apresentaram alta frente ao mês anterior. Os maiores aquecimentos foram em *alimentos*, *fumo*, *outros equipamentos de transporte* e *indústrias extrativas*. No acumulado do ano, sobressaíram-se as variações em *indústrias extrativas*, *outros produtos químicos*, *outros equipamentos de transporte* e *minerais não metálicos*.

Consequência

Os *preços ao produtor* apresentaram variação menor que no mês anterior, devendo assim, exercer menor influência nos *preços ao consumidor final*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Junho/2016) - BACEN

Fato

O estoque das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 3.130 bilhões em junho. A relação entre o crédito total e o PIB caiu 1,5 p.p. frente ao mesmo mês do ano anterior, atingindo 51,9%. A taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, caiu 0,1 p.p. no mês e cresceu 5,6 p.p. nos últimos doze meses situando-se em 32,6% a.a. A taxa de inadimplência caiu 0,2 p.p. no mês e cresceu 0,6 p.p. em doze meses, atingindo 3,5%.

Causa

O volume total das operações de crédito em junho apresentou redução de 0,5% no mês e elevação de 1,0% em doze meses. Os empréstimos contratados com recursos livres, que representam 50,1% do total, atingiram R\$ 1.569 bilhões, diminuindo 0,7% no mês e 1,7% em doze meses. No segmento de pessoa física houve queda de 0,2% chegando em R\$ 800 bilhões. Os empréstimos realizados às pessoas jurídicas o recuo foi de 1,2%, atingindo R\$ 770 bilhões.

No crédito direcionado houve queda de 0,4% no mês, chegando a R\$ 1.561 bilhões. Esse desempenho resultou de acréscimo mensal de 0,7% no financiamento a pessoas físicas. Para pessoas jurídicas houve queda de 1,4% no mês.

As taxas médias geral de juros recuaram 0,1 p.p. no mês e cresceram 5,6 p.p. nos últimos doze meses. Para pessoa física a taxa média de juros atingiu 41,8% a.a., com recuo de 0,2 p.p. no mês e crescimento de 6,5 p.p. em doze meses. Nas pessoas jurídicas, houve declínio de 0,1 p.p. no mês e aumento de 2,5 p.p. em doze meses, chegando a 21,7%. Nos recursos livres as taxas foram 71,4% e 30,3%, para pessoas físicas e jurídicas, respectivamente.

A taxa de inadimplência do sistema financeiro reduziu-se para 3,5%, declinando 0,2 p.p. no mês e crescendo 0,6 p.p. em doze meses. No índice relativo a pessoas físicas houve redução de 0,3 p.p., chegando a 4,0% e no de pessoas jurídicas a inadimplência diminuiu 0,2 p.p. atingindo 3%.

Consequência

Seguindo o desaquecimento da atividade econômica a expansão do crédito deve seguir perdendo intensidade nos próximos meses.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Junho/2016) - BACEN

Fato

Em junho as Transações Correntes registraram déficit de US\$ 2,5 bilhões. As reservas internacionais aumentaram US\$ 2,1 bilhões, totalizando US\$ 376,7 bilhões e a dívida externa somou US\$ 332,6 bilhões, com redução de US\$ 2 bilhões, frente à apuração realizada em março. Na conta financeira, as captações líquidas superaram as concessões em US\$ 2,2 bilhões, destacando-se os ingressos líquidos de US\$ 3,9 bilhões em investimentos diretos no país.

Causa

A conta de serviços registrou despesas líquidas de US\$ 3,6 bilhões no mês, com aumento de 5,5% na comparação com o resultado de junho de 2015. As despesas líquidas de renda primária atingiram US\$ 2,9 bilhões no mês, recuo de 23,3% na comparação com junho de 2015. As despesas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$ 1,4 bilhão, com retração de 44,4% ante o mesmo mês do ano anterior. A conta de renda secundária apresentou ingressos líquidos de US\$ 234 milhões.

A movimentação das reservas, durante o mês de janeiro foi consequência, principalmente de estoque de linhas de recompra, remuneração das reservas e variações por preços. A dívida externa recuou US\$ 2 bilhões frente a março, sendo que a de curto prazo recuou US\$ 882 milhões e a médio e longo prazo US\$ 1,1 bilhão, totalizando, US\$ 60,5 bilhões, e US\$ 272,2 bilhões, respectivamente.

Consequência

O volume de *investimento direto* para a *economia brasileira* ainda é significativo, o que ameniza o *déficit em transações correntes*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Junho/2016) - BACEN

Fato

Em junho, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 10,1 bilhões, considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *déficit* de R\$ 151,2 bilhões (2,51% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 2.529,70 bilhões (42% do PIB), aumentando 2,3 p.p. como *proporção do PIB* em relação ao mês anterior e 5,8 p.p. no ano. A *dívida bruta do setor público* alcançou R\$ 4.130,80 bilhões, 68,5% do PIB, permanecendo praticamente estável, como percentual do PIB, em relação ao mês anterior. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 22,1 bilhões, no mês e R\$ 449,2 bilhões (7,45% do PIB), em doze meses. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 32,2 bilhões e no acumulado em doze meses o *déficit* atingiu R\$ 600,5 bilhões, 9,96% do PIB.

Causa

Na composição do *déficit primário*, o *Governo Central* atingiu *déficit* de R\$ 10,5 bilhões. As *empresas estatais* e os *governos regionais* apresentaram *superávit* de R\$ 291 milhões e R\$ 98 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em junho, R\$ 22,1 bilhões, houve redução de R\$ 20,4 bilhões em relação ao total apropriado em maio. No ano, os *juros nominais* chegaram a R\$ 173,3 bilhões.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como *percentual do PIB*, o aumento no ano, foi consequência da *valorização cambial*, dos *juros nominais apropriados* e do *déficit primário*, este aumento foi compensado, parcialmente, pelo crescimento do *PIB nominal* e pelo *ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida*.

Consequência

O *déficit primário* no acumulado do ano dificulta o pagamento de *juros da dívida* e eleva a relação *Dívida Líquida do Setor Público*. Para os próximos meses é aguardado melhor *resultado primário*, tendo em vista os anúncios do Governo da intenção de cortar de *gastos*.